



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO-MESTRADO EM ENFERMAGEM**

MARCIA DA ROCHA MEIRELLES NASSER

**O MOVIMENTO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENFERMAGEM PARA OS EGRESSOS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM
ALFREDO PINTO, 1929 - 1956**

**Rio de Janeiro
2010**

MARCIA DA ROCHA MEIRELLES NASSER

**O MOVIMENTO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENFERMAGEM PARA OS EGRESSOS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM
ALFREDO PINTO, 1929 - 1956**

*Relatório Final de dissertação de mestrado
inserido na linha de pesquisa o
“Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil”.
Apresentado ao Programa de Pós- Graduação
em Enfermagem – Mestrado, do Centro de
Ciências Biológicas e da Saúde, da
Universidade Federal do Estado Rio de
Janeiro.*

Orientador: Prof. Dr. Wellington Mendonça de Amorim
Co-orientador: Fernando Rocha Porto

**Rio de Janeiro
2010**

O48 Nasser, Marcia da Rocha Meirelles.
O movimento do estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem para os egres-
sos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1929-1956 / Marcia da Rocha Mei-
relles Nasser, 2010.
89f.

Orientador: Wellington Mendonça de Amorim.
Co-orientador: Fernando Rocha Porto.
Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

1. Associação Brasileira de Enfermagem – História – 1929-1956. 2. Escolas de
enfermagem – Brasil - História. 3. Enfermagem – Brasil – História. I. Amorim,
Wellington Mendonça de. II. Porto, Fernando Rocha. III. Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (2003). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Curso
de Mestrado em Enfermagem. IV. Título.

CDD – 610.730981

MARCIA DA ROCHA MEIRELLES NASSER

**O MOVIMENTO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENFERMAGEM PARA OS EGRESSOS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM
ALFREDO PINTO, 1929 – 1956**

Relatório Final de dissertação de mestrado inserido na linha de pesquisa o “Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil”. Apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – Mestrado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wellington Mendonça de Amorim
Presidente

Prof. Dr. Osnir Claudiano da Silva Júnior
1ª Examinador

Prof. Dr. Fernando Rocha Porto
2º Examinador

Prof. Dr. Rosane Mello
1ª Suplente

Prof. Dr. Almerinda Moreira
2º Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao responsável por todas as conquistas de minha vida, Senhor Jesus Cristo. **MUITO OBRIGADA POR TUDO!**

Ao meu amor Junior, companheiro de todas as horas, meu maior incentivador. Obrigada por estar sempre ao meu lado, pelas inúmeras palavras de apoio, por nunca permitir que eu desanimasse, apesar dos momentos difíceis, enfim, obrigada por me fazer a minha vida tão feliz. **TE AMO MUUUUUUITO!**

À minha amada mãe Lêda, por me amar tanto, por estar sempre ao meu lado, por lutar tanto para que eu alcançasse meus objetivos e para que nada me faltasse. Meu maior exemplo de garra, dedicação, compreensão, fé e amor. À minha amada tia Dete, meu anjo da guarda, minha segunda mãe. Me faltam palavras para agradecer-te por tudo que sempre fez e faz por mim. **AMO VOCÊS!**

Ao meu amado irmão, Marcio, à minha família, aos meus sogros Salacier e Elaine, aos meus cunhados e sobrinhos por sempre acreditarem em mim e por me apoiarem em todos os momentos.

Ao Prof^o Dr. Wellington Mendonça de Amorim pelo privilégio de ter podido fazer parte de seu grupo de pesquisa, pela enorme paciência, confiança, incentivo e por acreditar que daria certo. Obrigada por dividir comigo seus conhecimentos, que muito contribuíram para o meu crescimento como pesquisadora e como pessoa.

À minha querida amiga Virginia, por todos os momentos em que estive ao meu lado, pela força e apoio nos momentos difíceis e principalmente, pelos **INÚMEROS** momentos de **FELICIDADE** que compartilhamos durante essa (looonga) caminhada.

Ao Prof. Dr. Fernando Rocha Porto, o meu agradecimento pela grandiosa contribuição no momento decisivo da pesquisa e por ter abraçado o estudo com tanto carinho e dedicação.

Ao Prof. Dr. Osnir Claudiano e a Prof Dra. Almerinda Moreira pelas contribuições durante as reuniões do Laphe e nas participações como membros da banca, que muito acrescentaram para que eu conseguisse chegar até aqui.

E por fim, aos amigos do PSMA, pela força, paciência e apoio de sempre.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o efeito simbólico do movimento do estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem para os egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1929 – 1956. Os objetivos da pesquisa são: Descrever as circunstâncias das denominações da Associação Brasileira de Enfermagem; Analisar as finalidades e títulos do movimento do estatuto da Associação e discutir o efeito simbólico do movimento do estatuto para a enfermagem, em especial, para os egressos da EEAP. Estudo de natureza histórico-social apoiado na análise documental e no pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu. Para o desenvolvimento do estudo caracterizamos as fontes utilizadas como: primárias - Estatutos da Associação Brasileira de Enfermagem (1929, 1935, 1944, 1950, 1955 e 1956 – este último, referente ao núcleo do Distrito Federal) e as atas das reuniões da Associação referentes ao início da década de 1950, e como fontes secundárias - os documentos referentes à trajetória da Associação, bibliografia referente à História da Enfermagem, trajetória das escolas de enfermagem e à História do Brasil. A análise e interpretação das informações foram desenvolvidas através das triangulações dos documentos pesquisados com os estudos voltados para a história da enfermagem brasileira e apresentados na forma de quadros. Durante os 27 anos de recorte, foram localizados seis estatutos, que demonstraram claramente as mudanças às quais a Associação teve que se submeter para “acompanhar” o desenvolvimento da enfermagem. Mudanças essas que levaram a ABEn a aceitar sócios formados por escolas com um modelo de ensino diferenciado ao da EEAN, assim como a presença masculina, durante as reuniões, tanto na condição de ouvinte como na condição de sócio, fato inédito até então. Os resultados demonstraram que, durante esse período diversas Escolas de Enfermagem foram criadas nos moldes da Enfermagem Moderna, algumas foram idealizadas e dirigidas por professoras e ex-alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery que mesmo apresentando modelo de ensino semelhante ao ministrado por essa escola, permaneceram isentas da condição de sócias. Apenas no final da década de 1940, em que ocorreram as principais alterações no estatuto, tais como a retirada do termo “reconhecida pela Associação” do item: aceitação de sócios, foi que os enfermeiros da EEAP puderam se tornar sócios, conquista que teve influência de Maria de Castro Pamphiro, já que ser sócio da ABEn, representava possuir prestígio perante a classe profissional. A inserção dos enfermeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto na Associação Brasileira de Enfermagem representou uma relevante conquista, não só para a Escola, como para o campo da enfermagem como um todo, pois se tratou da inserção da primeira Escola de Enfermagem Brasileira, formadora de um grande número de profissionais durante toda a sua trajetória, inserida em um espaço de grande destaque para a Enfermagem.

Descritores: História da enfermagem, escolas de enfermagem, enfermagem.

ABSTRACT

This is a study on the effect of movement of the symbolic status of the Brazilian Association of Nursing for graduates of the Nursing School Alfredo Pinto, from 1929 to 1956. The research objectives are: To describe the circumstances of the names of the Brazilian Association of Nursing; analyze the purposes and the movement of the securities statute of the association and discuss the symbolic effect of the movement status for nursing, especially for graduates of EEAP. Nature study supported the social-historical document analysis and thinking of the sociologist Pierre Bourdieu. To develop the study characterized the sources used as primary - Statutes of the Brazilian Nursing Association (1929, 1935, 1944, 1950, 1955 and 1956 - the latter referring to the core of the Federal District) and minutes of meetings of the Association regarding the early 1950s, and as secondary sources - the documents concerning the history of the Association, bibliography on the history of nursing history of nursing schools and the History of Brazil. The analysis and interpretation of information were developed through the triangulation of the documents scanned with the studies in the history of Brazilian nursing and presented in tabular form. During the 27 years of cropping, were located six statutes, which clearly showed the changes to which the Association had to submit to "monitor" the development of nursing. Changes have brought ABEn to accept members comprised of schools with a model of differentiated instruction to EEAN, as well as the male presence during the meetings, both as listener and as a partner, a milestone so far. The results showed that during this period several nursing schools were established along the lines of Modern Nursing, some were designed and run by teachers and former students of the School of Nursing Anna Nery that even with the teaching model similar to that given by this school remained exempt from the members. Only in the late 1940's, during which major changes in status, such as removal of the term "recognized by the Association" item: the acceptance of partners, was that the nurses of EEAP could become members, which had an influence achievement Maria de Castro Pamphiro, since being a member of ABEn have represented respected by the professional class. The inclusion of nurses graduating from Nursing School Alfredo Pinto Brazilian Association of Nursing represented a significant achievement not only for the school, as for the field of nursing as a whole, since this was the insertion of the first Brazilian School of Nursing, trainer a large number of professionals throughout their career, set in an area of great emphasis for nursing.

Keywords: History of nursing, nursing schools, nursing.

RESUMEN

Se trata de un estudio sobre el efecto simbólico del movimiento del estatus de la Asociación Brasileña de Enfermería para los graduados de la Escuela de Enfermería Alfredo Pinto, de 1929 a 1956. Los objetivos de investigación son: describir las circunstancias de los nombres de la Asociación Brasileña de Enfermería, analizar los efectos y el movimiento de la ley de valores de la asociación y discutir el efecto simbólico de la situación de circulación de los ancianos, especialmente para los graduados de la EEAP. Estudio de la naturaleza con el análisis del documento histórico-social y el pensamiento del sociólogo Pierre Bourdieu. Para desarrollar el estudio se caracterizaron las fuentes utilizadas como principal - Estatutos de la Asociación Brasileña de Enfermería (1929, 1935, 1944, 1950, 1955 y 1956 - este último se refiere al núcleo del Distrito Federal) y las actas de las reuniones de la Asociación con respecto a la década de 1950, y como fuentes secundarias - los documentos relativos a la historia de la Asociación, bibliografía sobre la historia de la enfermería de las escuelas de enfermería y la Historia del Brasil. El análisis y la interpretación de la información se han desarrollado a través de la triangulación de los documentos escaneados con los estudios en la historia de la enfermería brasileña y se presenta en forma de tabla. Durante los 27 años de cultivo, se encuentra a seis estatutos, que muestra claramente los cambios a los que la Asociación tuvo que someterse a "supervisar" el desarrollo de la enfermería. Los cambios han traído ABEn a aceptar miembros compuesto por las escuelas con un modelo de enseñanza diferenciada para EEAN, así como la presencia masculina en las reuniones, tanto como oyente y como un socio, un hito hasta ahora. Los resultados mostraron que durante este período de varias escuelas de enfermería se establecieron a lo largo de las líneas de la Enfermería Moderna, algunos se han diseñado y dirigido por los profesores y antiguos alumnos de la Escuela de Enfermería Anna Nery, que incluso con el modelo de enseñanza similar a la propuesta por esta escuela quedaron exentos de los miembros. Sólo en la década de 1940, durante el cual los cambios importantes en el estado, tales como la eliminación del término "reconocido por la Asociación" elemento: la aceptación de los socios, fue que las enfermeras de la EEAP podría convertirse en miembros, que había un logro influencia María de Castro Pamphiro, ya que ser miembro de la ABEn han representado respetado por la clase profesional. La inclusión de las enfermeras de graduarse de la Escuela de Enfermería Alfredo Pinto Asociación Brasileña de Enfermería representa un logro importante no sólo para la escuela, como para el campo de la enfermería en su conjunto, ya que esta fue la inserción de la primera Escuela de Enfermería de Brasil, el entrenador un gran número de profesionales a lo largo de su carrera, ubicado en una zona de gran importancia para la enfermería.

Descriptores: Historia de la enfermería, escuelas de enfermería, enfermería.

SUMÁRIO

Introdução _____	10
Objetivos _____	23
Justificativa _____	24
Referencial Teórico e Metodológico _____	24
Procedimentos Metodológicos _____	28
Capítulo I – Denominações da Associação Brasileira de Enfermagem e suas Respectivas Presidentes.	31
Nasce uma Associação _____	31
O Movimento de Denominação da Associação _____	35
Capítulo II – Os Estatutos da Associação Brasileira de Enfermagem _____	49
Capítulo III – O Efeito Simbólico do Estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem para a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto.	58
Mudanças no Estatuto da Associação _____	58
Associação e os Sócios Egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto _____	67
Considerações Finais _____	74
Referências _____	77
Apêndice I – Documentos encontrados nos acervos _____	85
Apêndice II - Siglas Utilizadas _____	87

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o efeito simbólico do movimento do estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem para os egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1929 – 1956.

A delimitação temporal compreende o ano de 1929, data da publicação do primeiro estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem, ao ano de 1956, data da publicação do primeiro estatuto encontrado referente ao núcleo da Associação Brasileira de Enfermagem - Distrito Federal.

A década de 1920 foi para o Brasil um período de diversas transformações na estrutura sócioeconômica. Em outras palavras, podemos considerá-la como um caldeirão prestes a entrar em ebulição (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2001, p. 313).

Após a Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível, o que significava, entre outras coisas, eleições limpas e respeito aos direitos individuais (FAUSTO, 2000, p. 304).

Segundo Del Priore e Venâncio (2001, p. 310 e 313), dentre os principais acontecimentos que marcaram a década de 1920, destacaram-se o “Movimento dos Dezoito do Forte de Copacabana” no qual os revoltosos tinham como intuito depor o presidente Arthur Bernardes, que governou praticamente em estado de sítio, além das “Revoltas Tenentistas”, que ganharam ainda maior destaque com a Coluna Prestes, entre 1924 e 1927 cruzou o país até se dispersar na Bolívia.

Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujos fundadores provinham do anarquismo, fundamental na América Latina, onde praticamente todos os partidos comunistas resultaram de cisões do Partido Socialista (FAUSTO, 2000 p.303).

Ainda em 1922, outro acontecimento de destaque foi a "Semana de Arte Moderna", que ocorreu entre 11 e 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, e contou com a participação de escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos. Seu objetivo era renovar o ambiente artístico e cultural da cidade (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2001, p. 313).

Quanto a economia, pode-se destacar o café como o principal produto que impulsionou a geração de renda brasileira desde o início do século XX até a década de 1930. Segundo o censo realizado em 1920 dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão à indústria e 1,5 milhão aos serviços. O Estado de São Paulo esteve à frente do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela diversificação agrícola, a urbanização e o surto industrial (FAUSTO, 2000, p. 282). O grão também teve grande importância, já que foi o principal produto de exportação do país durante quase 100 anos concentrado a princípio no Vale do Paraíba (entre Rio de Janeiro e São Paulo) e depois nas zonas de terra roxa do interior de São Paulo e do Paraná.

A crise internacional de 1929 exerceu imediatamente um duplo efeito na economia brasileira: ao mesmo tempo em que reduziu a demanda internacional de imigrantes para o Brasil para trabalharem nas lavouras de café, gerou queda nos preços e impossibilitou o governo brasileiro de tomar empréstimos externos

para absorver os estoques excedentes de café, devido ao colapso do mercado financeiro internacional. Todavia, o governo não poderia deixar os produtores de café a sua própria sorte e vulneráveis aos efeitos da grande crise; o custo político de uma atitude como essa seria impensável para um governo que ainda estava se consolidando no poder, como era o caso do governo de Getúlio Vargas (FAUSTO, 2000, p. 326).

No campo da enfermagem sabe-se que até o início da década de 1920, havia no Distrito Federal algumas escolas de enfermagem, dentre elas: a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência aos Alienados - EPEE1 (atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto), criada em 1890 e que preparava profissionais para atuarem nos hospitais civis e militares; a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, criada em 1916, cujo intuito era preparar enfermeiras para atuarem no cuidado aos feridos na Primeira Guerra; além do curso de enfermeiras da Policlínica de Botafogo criada em 1917, todas dirigidas por médicos.

No entanto, ainda não foram encontrados registros que expressem uma provável iniciativa dos profissionais formados por estas escolas de criarem uma associação para aglutinar ex-alunos ou profissionais formados por estas instituições antes da década de 1920.

¹Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras – EPEE, criada em 27 de setembro de 1890 através do Decreto 791 (MOREIRA, 2005, p. 111-113), sendo considerada a primeira Escola de Enfermagem do país. Em 22 de setembro de 1942 foi alterada sua denominação para Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto através do Decreto Lei 4725. Posteriormente, pelo Decreto Lei 7055, de 18 de novembro de 1944, a Escola recebeu a denominação de Escola de Enfermagem Alfredo Pinto permanecendo até a presente data. Para fins didáticos, em todos os períodos do estudo, será utilizada a atual denominação da Escola.

Tal questão pode ser explicada principalmente pelo fato dessas escolas serem, a esta época, dirigidas por médicos, quando os mesmos, provavelmente, evitavam estabelecer um canal de comunicação para receber e aplicar as orientações dos órgãos internacionais de enfermagem, como o *International Conciul of Nurses* (ICN). Além disso, resistiam em adotar um modelo de ensino pautado no estatuto da enfermagem moderna para o desenvolvimento desta profissão, sobre a qual eles exerciam um poder simbólico. Tais médicos formavam profissionais sob outras influências modelares, ligadas aos seus interesses educacionais e assistenciais. Nesse período, os enfermeiros e enfermeiras representavam um grupo com pouca representação política para fazer valer, caso houvesse, a idéia de criar uma Associação destinada a defender os interesses da enfermagem.

Segundo Moraes & Amorim (2009), tal mudança no ensino da enfermagem já havia sido sugerido no II Congresso Médico Latino – Americano, em 1904, no qual foi solicitado aos países da América do Sul que adotassem um modelo de ensino baseado na enfermagem moderna.

No início da década de 1920 já se falava a respeito da criação de um curso de enfermagem diferenciado, que pudesse formar profissionais com uma noção a respeito das diversas especialidades do campo da saúde, porém os profissionais formados pela EEAP, preparados predominantemente por médicos do campo da psiquiatria, poderiam considerar-se excluídos dessa proposta, já que a sua formação deveria estar voltada, em parte, para o cuidado junto aos doentes psiquiátricos, pois não existia interesse por parte dos médicos que houvesse

mudança no ensino, que não viesse a contemplar os modelos assistenciais da psiquiatria na formação de enfermeiros e enfermeiras.

A publicação do Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras em 1921 foi assinada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Alfredo Pinto Vieira de Melo, que reorganizou a Escola em três seções (masculina, feminina e mista), mas pouco alterou as posições de autoridade que os psiquiatras exerciam na definição do sistema de ensino no âmbito da Escola.

No ano seguinte, no contexto da Reforma Carlos Chagas, chegou ao Brasil a Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil (mais tarde denominada de Missão Parsons), que tinha como líder a Enfermeira Ethel Parsons². Tal Missão tinha como objetivo avaliar as condições em que a enfermagem era exercida no país e gerar possíveis mudanças, caso fosse necessário.

Em seu relatório, “A enfermeira de saúde pública” Ethel Parson registrou a superlotação dos hospitais do Rio de Janeiro nos quais atuavam médicos interessados, todavia, segundo ela, a enfermagem era exercida em condições precárias e por pessoas despreparadas (SAUTHIER & BARREIRA, 1999, p.68-69). Ao apresentar seu relatório, durante a realização do Congresso Nacional dos Práticos (CNP), nesse mesmo ano, Ethel Parsons argumentava sobre a função da enfermeira de saúde pública, cujos encargos seriam “cuidar dos doentes,

² Enfermeira, graduada na Escola de Enfermeiras de Columbus, Ohio – Estados Unidos da América, e com formação especializada em saúde pública. Foi líder da Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, mais conhecida como Missão Parsons, foi responsável pelo planejamento e organização da Escola de Enfermeiras do DNSP, hoje Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ (ALMEIDA FILHO & TYRREL, 2008).

proteger os sãos e ensinar os princípios de higiene individual” (PEREIRA NETO, 2001, p.43-51).

Essas características não estavam explicitadas no discurso médico sobre o perfil de enfermeiro formado pelas escolas de enfermagem, até então, existentes no Brasil. As condições sociais dessa época favoreciam a formação de profissionais vulneráveis ao poder exercido pelos médicos, pois tinham pouca força para lutarem por uma posição mais autônoma no campo da saúde.

Ainda em 1922, fora criada a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública³, organizada e dirigida por enfermeiras, que tinha como um dos objetivos introduzir um modelo de ensino de enfermagem anglo-americano no país. Por ser só para mulheres, buscou agregar candidatas com maior capital cultural que as demais escolas.

A criação desta Escola representou um progresso para a enfermagem brasileira, pois detinha o respeito dos principais agentes do campo da saúde pública, o que gerou uma concorrência entre as outras escolas apoiadas por agentes médicos das demais especialidades, além de manterem modelos de ensino distintos das que foram criadas anteriormente.

Logo após a formatura da primeira turma, em junho de 1925, as profissionais formadas pela EEAN começaram a ocupar as posições de destaque

³ A Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública iniciou oficialmente suas atividades em 19 de fevereiro de 1923 por iniciativa do sanitarista Carlos Chagas e com o apoio de enfermeiras americanas que integraram a Missão Técnica de Cooperação para o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, chefiada pela Enfermeira Ethel Parson e patrocinada pela Fundação Rockefeller. Inicialmente recebeu a denominação Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1926 passou a ser denominada Escola de Enfermagem D. Ana Nery, atualmente é denominada Escola de Enfermagem Anna Nery. Esta Escola demarcou, no Brasil, a implantação de um modelo de ensino e de prática de enfermagem moderna, segundo os princípios norteadores do Sistema Nightingale. Em 1937, durante a gestão da enfermeira norte-americana Bertha Lucille Pullen, a Escola integrou-se a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, como instituição de educação complementar. (BAPTISTA & BARREIRA, 2002, p.205-216). Para fins didáticos, nesse estudo será utilizada a denominação Escola de Enfermagem Anna Nery – EEAN.

no campo sanitário, amparadas pelas alianças das enfermeiras da missão Parsons com o Departamento Nacional de Saúde Pública e por exercerem um modelo de ensino pautado na enfermagem moderna. Tal modelo se diferenciava dos demais em vários fatores, dentre eles o critério de ingresso no curso, passando pelo tempo de formação, e as atividades profissionais após a formatura (PORTO, 2007, p. 154).

Ainda em 1925, sob a influência de enfermeiras americanas, parte das enfermeiras formadas pela Escola de Enfermagem Anna Nery demonstraram interesse em criar uma associação que pudesse reunir apenas enfermeiras formadas por esta Escola. Esta iniciativa definiu a exclusão dos demais profissionais enfermeiros (as) formados por outras Escolas, os quais não poderiam se tornar sócios de uma instituição profissional voltada para o desenvolvimento científico e cultural da enfermagem, área a qual as enfermeiras da EEAN idealizavam. Tal medida foi orientada por Ethel Parsons, pois ela entendia que os demais modelos de formação representavam ameaça ao modelo implantado na Escola, no que se refere a torná-lo padrão para o ensino de enfermagem no Brasil.

Para Elias (1987), a criação de uma associação denota a preservação do *status* profissional, pois assim ela providencia para que o nível de conhecimento e habilidade dos profissionais não fique estagnado; defende um padrão de remuneração e tenta impedir que grupos competidores invadam as fronteiras de suas atividades. O que nos leva a compreender que uma profissão para criar uma associação se faz necessário que possua uma forte representação profissional, que

se destaque e estabeleça a sua posição no campo - fator que exige iniciativa e preparo por parte de seus agentes.

Uma associação pode ser considerada como a forma na qual os indivíduos crescem juntos em unidades que satisfazem seus interesses (SIMMEL, 1987). Para Banton & Sills (1987), ela pode apresentar três características importantes: são formadas a fim de promover algum interesse comum a todos os membros; a participação é voluntária no sentido de que não é obrigatória nem adquirida por nascimento; existem independentemente do Estado ou de organizações governamentais.

Até então não foram encontrados registros que comprovem que na época, outra escola no Rio de Janeiro (DF) agisse estrategicamente para a criação de uma Associação, senão a Escola de Enfermagem Anna Nery, que mesmo com tão pouco tempo de sua criação buscou adquirir o reconhecimento dos demais agentes do campo da saúde. Tal destaque pode ser justificado pelo fato da Escola estar aliançada diretamente às enfermeiras americanas e subsidiadas pela Fundação Rockefeller e ao cientista Carlos Chagas, já que ambos os agentes possuíam prestígio suficiente no campo sanitário para proteger e garantir os interesses, dentre eles, o de criar a Associação.

Em 1927, um ano após a criação da Associação, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, ligada à Assistência a Psicopatas no Distrito Federal, passara por outra reforma, a qual ampliou o curso de enfermeiras situado na seção feminina do Engenho de Dentro, a fim de proporcionar às profissionais a habilitação de visitadoras sociais (AMORIM, 2004, p. 02). Essa reforma não alterou a estrutura

de poder na Escola, a qual manteve seu ensino voltado para o preparo de enfermeiros e enfermeiras a fim de atuarem tanto na enfermagem hospitalar como na área da psiquiatria.

Quanto à Associação, sabe-se que a mesma não funcionou de maneira organizada até 1929, devido aos compromissos profissionais de suas associadas, que, logo após a formatura, eram convocadas para assumirem cargos na saúde pública (CARVALHO, 1976, p. 24).

Do período de 1926 a 1939 não foram encontrados registros sobre a participação de enfermeiros formados por outra escola de enfermagem, senão a Escola de Enfermagem Anna Nery, como sócios nos arquivos da ABEn. O que confirma a ideia de que a associação era constituída apenas pelas egressas desta Escola, com exceção de Edith Fraenkel, Rachel Haddock Lobo e Adelina Zourob, que atuavam na EEAN, mas foram diplomadas por outras escolas (BARREIRA, SAUTTHIER, BAPTISTA, 2001, p. 159).

As enfermeiras Rachel Haddock Lobo e Edith Fraenkel fizeram o curso de Enfermeiras Voluntárias na Escola da Cruz Vermelha e atualizaram seus *habitus* profissionais na Escola de Enfermagem da Assistência Pública, em Paris e na Escola de Enfermagem da Filadélfia, respectivamente (CARVALHO, 1976, p. 38 e 40).

Em 1931, a Escola de Enfermagem Anna Nery foi elevada à condição de padrão oficial de ensino da enfermagem moderna, para efeito de equiparação das demais Escolas de Enfermagem oficiais ou particulares pelo Decreto nº 20.109 de 15 de junho de 1931, o qual foi regulamentador do exercício da enfermagem

no Brasil e implantou as condições para a equiparação das escolas de enfermagem e deu instruções relativas a este processo.

Este Decreto, além de fazer prevalecer um dos padrões de ensino e de reconhecer a existência de mais de um modelo de formação de enfermeiras na Capital Federal, impôs um desafio às Escolas de Enfermagem que, caso desejassem, deveriam decidir se adequariam ao padrão proposto para equiparação de novas escolas ou manter-se-iam em seus respectivos modelos de ensino.

Nesse momento, a direção da EEAP não despertou o desejo de criar as condições para adequar o seu modelo de ensino rumo à equiparação ao modelo da EEAN, já que a mesma mantinha a condição de Escola Oficial, mantida pelo Serviço de Assistência a Psicopatas do Ministério da Educação e Saúde Pública, e continuava a ser dirigida por médicos psiquiatras, os quais não possuíam interesse em modificar a estratégia organizacional na Escola, o que conseqüentemente acarretaria na perda do poder exercido por eles.

Por outro lado, após a criação do Decreto 20.109/1931, algumas Instituições que mantinham cursos para formar enfermeiros e enfermeiras buscaram respaldo legal para poderem atuar sem terem que se equipararem à EEAN, e garantirem a formação e o exercício da profissão de enfermeiro e enfermeira nas instituições de saúde. As primeiras a conseguirem essa prerrogativa foram as enfermeiras obstétricas, através do Decreto 21.128/1932.

Em 10 de março deste mesmo ano, surge o Decreto 21.141/1932, que organizou o quadro de enfermeiros do Exército. Ainda em 1932 as irmãs de caridade conseguiram direitos iguais aos das enfermeiras de saúde pública

através do Decreto 22.257/1932 e, em novembro de 1933, o Decreto 23.502/1933 concedeu ao Curso Prático de Enfermeiros Padioleiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, as vantagens contidas no art. 33 do Decreto 21.141/1932, tornando o diploma por ele emitido reconhecido sem terem que se adequar ao Decreto 20.109/1931.

A criação de tais Decretos demonstra a reação das forças que se opunham, em seu todo ou em parte, ao Decreto 20.109/1931, demonstrando que sua aceitação não era plena entre as instituições, já que ele poderia desqualificar os profissionais preparados por elas, até aquele momento. Nesse período a EEAP manteve-se ausente desse processo de “independência” em relação ao Decreto 20.109/1931, não obstante, as reformas na assistência psiquiátrica implementadas a partir de leis e decretos, contemplavam no seu texto orientações para as Escolas.

Entretanto, mesmo as Instituições tendo estabelecido seus lugares no campo da enfermagem, a Associação não permitiu, a época, que os egressos dessas Instituições se associassem, já que elas buscaram isentar-se dos efeitos do Decreto 20.109/1931 que dava à EEAN o lugar de referência na formação profissional no campo da enfermagem. Essa questão provavelmente contribuiu para manter-se visceralmente ligada à ABEn, garantindo o monopólio do desenvolvimento adquirido perante as demais Escolas de Enfermagem.

Em 1937, uma reforma comandada por Gustavo Capanema reorganizou o Ministério da Educação e Saúde Pública, acarretando em uma reestruturação do setor, definindo que o Serviço de Assistência a Psicopatas e a EEAP ficara

subordinada ao recém organizado Departamento Nacional de Saúde – DNS, passando a Escola Alfredo Pinto a receber indiretamente influência tanto dos psiquiatras quanto dos sanitaristas. Enquanto a EEAN, na qualidade de unidade de ensino completa, se deslocava para a Universidade do Brasil (BAPTISTA & BARREIRA, 2002, p. 205 - 216), a partir desse momento sob a influência do Departamento Nacional de Educação.

Em 1942, após um processo de reorganização, a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pela primeira vez em sua história, não seria dirigida por médico. No ano seguinte, a enfermeira Maria de Castro Pamphiro, formada na primeira turma da Escola de Enfermagem Anna Nery e sócia da ABEn, assumiu a direção da EEAP, tornando-se a primeira diretora enfermeira desta Escola. Ao assumir o cargo, a diretora deu início a diversas transformações no espaço desta instituição, tais como, a reestruturação do currículo, a introdução de cerimônias religiosas, entrega da touca, da insígnia, do porta bandeira, dentre outras mudanças em prol de equipará-la à escola-padrão, ou seja, com a intenção de torná-la escola formadora de profissionais enfermeiros, e reconhecida como as congêneres e, já, equiparadas à EEAN (MEIRELLES & AMORIM, 2007).

A chegada de Maria de Castro Pamphiro na direção da EEAP resultou em alianças construídas entre os agentes que ocupavam as posições mais altas no campo da educação e da saúde a listar: Gustavo de Capanema que comandava o Ministério da Educação e Saúde; João Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde; Aduino Junqueira Botelho, diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais; e Laís Netto dos Reis, enfermeira diretora da Escola de

Enfermagem Anna Nery, com forte ligação com a Igreja Católica, instituição que se constituiu em uma das bases de apoio político do Governo Vargas (BESSA & AMORIM, 2009, p. 9).

O fato de Maria de Castro ter se formado na turma pioneira da EEAN garantia a ela o direito de ser sócia da ABEn, e por consequência poderia expressar suas idéias durante as reuniões da Associação, assim como o direito de votar nas eleições. Possuidora de um capital cultural específico, participou na direção e avaliação de escolas de enfermagem⁴, para fins de equiparação, adquirindo o respeito por parte dos demais agentes do campo da enfermagem. O que nos leva a crer que, na condição de diretora da EEAP, teve alguma influência para a inserção de seus egressos no espaço social da ABEn, mesmo que não tenha sido logo de imediato.

Tal influência significou a abertura de espaços, até então restritos aos egressos da EEAP, já que a entrada de uma enfermeira, formada na primeira turma da EEAN, como diretora representou um abalo na administração plena dos médicos na administração pedagógica desta Escola, e sua trajetória permitiu uma atuação mais voltada para a aproximação com a EEAN e a enfermagem moderna no Brasil.

Em 7 de novembro de 1946, foi criado o núcleo da ABEn no Distrito Federal, o qual Maria de Castro Pamphiro assumiu o cargo de vice-presidente na gestão de Rosaly Taborda (BARBOSA & FERREIRA, 2001, p. 329).

⁴ Antes de assumir o cargo de diretora da EEAP, Maria de Castro Pamphiro foi diretora adjunta de Rachel Hadok Lobo na EEAN; realizou avaliação da Escola Carlos Chagas, na cidade de Belo Horizonte, para efeito de equiparação à Escola de Enfermagem Anna Nery.

Nessa trajetória da Associação desde sua criação em 1926 até a criação do núcleo do Distrito Federal em 1946, sabe-se que a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto formou aproximadamente 700 enfermeiros (MOREIRA, 1990), representando boa parcela dos profissionais enfermeiros no mercado de trabalho do Distrito Federal. Contudo, nesse período não lhes foi concedido o direito de participar das atividades da associação para a qual poderiam contribuir, mesmo tendo sido formados, até o início da década de 1940, num modelo de ensino distinto do proposto pelas enfermeiras da missão Parsons e que contemplavam em sua formação, enfermeiros e enfermeiras.

Até o momento sabemos que a Associação modificou o seu estatuto por pelo menos seis vezes, do período de 1929 a 1956, onde lhes foram alterados vários tópicos, dentre eles o modelo de enfermeira que poderia ser aceita como sócia, os capítulos, os artigos, dentre outras mudanças que caracterizaram a adaptação pela qual a Associação foi submetida ao longo dos anos em prol de se adequar às dinâmicas do campo da enfermagem, modificada por novas forças sociais.

Sabemos que no final da década de 1940 ocorreu a inserção dos enfermeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto nos espaços da Associação Brasileira de Enfermagem, sendo assim, esse estudo possui como questão viável de elucidação: Qual o efeito simbólico do movimento do estatuto da ABEn para os enfermeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto?

Objetivos

- Caracterizar as presidentes e as denominações da Associação Brasileira de Enfermagem, no período de 1929 a 1959;
- Analisar as finalidades e títulos nas mudanças ocorridas no estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem;
- Discutir o efeito simbólico do movimento do estatuto para enfermagem, em especial, para os egressos da EEAP.

Justificativa

Entendemos que o desenvolvimento deste estudo representa uma contribuição significativa à pesquisa institucional intitulada “A reconfiguração da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto em meados do século XX”, da linha de pesquisa Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - PPGENF e do Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem – LAPHE, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – EEAP, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

E, de outro modo, as interpretações sobre a trajetória da EEAP, assim como o conhecimento sobre a inserção desta, através de seus enfermeiros egressos, até então primeira entidade de classe para enfermeiros no Brasil, na Associação Brasileira de Enfermagem, atenderá a uma lacuna nos estudos que

versaram sobre a ABEn, além de contribuir com novas questões para a historiografia da enfermagem brasileira.

Abordagem teórica e metodológica

Para investigarmos os efeitos do movimento do Estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem para os egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto do período de 1929 a 1956, adotamos o pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, com destaque para noção de campo, *habitus* e poder simbólico, buscando assim, entender como ocorreram as relações entre os principais grupos de agentes pertencentes ao campo da enfermagem, os quais ocupavam posições que determinavam as formas das intenções.

Sendo assim, neste estudo buscamos focar o campo da enfermagem que, à época era constituída pelas lideranças das escolas de enfermagem regulamentadas por Leis e Decretos, com atenção para a Escola de Enfermagem Anna Nery, referência para a equiparação ao modelo de ensino para as demais escolas e “berço”, incubadora, para a criação da Associação Brasileira de Enfermagem, composta apenas por enfermeiras por ela reconhecidas. Até o final da década de 1940, a ABEn era composta apenas por enfermeiras da Escola de Enfermagem Anna Nery, já a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, era formadora de profissionais enfermeiros e enfermeiras, que mantinha-se ligada diretamente ao Serviço Nacional de Doenças Mentais e à margem do padrão Anna Nery e da ABEn, até a chegada da enfermeira Maria de Castro Pamphiro à direção da Escola.

Para Bourdieu (1989, p. 84-86), a noção de campo é entendida como “espaço multidimensional onde se estabelecem relações nas quais as posições dos agentes determinam as formas das intenções”. Sendo assim, a Escola de Enfermagem Anna Nery, subordinada ao DNSP, organizada e dirigida por agentes reconhecidos no campo da enfermagem, de cunho internacional, e idealizadora da Associação, tornou-se ocupante da posição privilegiada no campo da enfermagem.

Devido ao fato da Associação ter sido criada no espaço social da EEAN e por enfermeiras por ela formadas, permitiu as suas idealizadoras, o domínio desta instituição, restringindo um espaço que deveria ser de acesso a todos os profissionais da enfermagem.

A noção de *habitus* compreende um sistema de disposição durável e estruturado de acordo com o meio social dos sujeitos, o que seria predisposto a funcionar como sistema estruturante, ou seja, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações (BOURDIEU, 2007, 60-64).

O *lócus* profissional das enfermeiras associadas eram os hospitais, centros de saúde, além dos cargos que ocupavam no Ministério da Educação e Saúde, e no ensino, já que grande parte delas, formadas pela Escola de Enfermagem Anna Nery, ganharam a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos fora do Brasil, e de conseqüentemente elevarem o seu capital cultural, com a finalidade de retornarem ao país e ocuparem os cargos de maior destaque no campo da enfermagem substituindo, aos poucos, as enfermeiras americanas.

Por outro lado, os enfermeiros formados pela EEAP estruturaram o seu *habitus* profissional de acordo com o espaço social em que foram submetidos tanto no âmbito Escolar quanto ao nível de ensino que era, à época, baseado no modelo alemão orientado por Juliano Moreira e Gustavo Riedel, e tinha como base os fundamentos da higiene mental.

Enquanto espaço social, a EEAP, subordinada ao SNDM, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, após inserção da enfermeira Maria de Castro Pamphiro como diretora (1943-1956) da EEAP, passou a ser palco de diversas transformações em sua estrutura em prol de adequar o modelo de ensino nela ministrado à legislação do ensino de enfermagem, que ratificou a influência da enfermagem moderna no Brasil. Assim, Maria de Castro Pamphiro possuía forças no interior do SNDM para realizar as mudanças que acreditasse serem cabíveis na EEAP e, conseqüentemente lutar por uma posição de maior destaque no campo da enfermagem.

Tais mudanças promoveram uma atualização do *habitus* profissional dos enfermeiros formados pela EEAP após a entrada de Maria de Castro Pamphiro, visto que ao assumir a direção da Escola promoveu mudanças tanto na estrutura, quanto no ensino nela ministrado, permitindo aos egressos lutarem para fazerem valer suas posições no campo. Isto permitiu que conquistassem espaços até então inacessíveis, como no caso em estudo, a Associação Brasileira de Enfermagem.

Por outro lado, a posição de destaque ocupada pela EEAN proporcionara às suas egressas o “direito” de exercer um poder simbólico sobre os demais enfermeiros e enfermeiras formados por outras Escolas, dentre eles, os egressos

da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Logo, como define Bourdieu (1989, p. 7-8), é um poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que nem sempre percebem que lhe estão sujeitos, ou mesmo que o exercem.

O poder simbólico é uma forma transformada, transfigurada, das outras formas de poder, que faz relações de comunicação que garantem as relações de força, capazes de produzirem efeitos reais (BOURDIEU, 2007, p. 15).

O Decreto 20.109/1931 determinou que as escolas de enfermagem que desejassem, poderiam equiparar-se ao padrão estabelecido pela EEAN. A equiparação representava para as Escolas de Enfermagem, adquirir uma posição de maior destaque no campo da enfermagem, e conseqüentemente perante a Associação, já que esta representara uma extensão da EEAN. Entretanto, não as tornavam reconhecidas logo de imediato, já que, para isso seria necessário que as porta vozes, ocupantes das posições de maior destaque, as classificassem como dignas de ocuparem tal posição, de fazerem parte de um grupo seletivo no campo da enfermagem, fazendo ver o poder que elas exercem para tornar as aspirantes em associadas, e como consequência, serem reconhecidas pelos demais agentes no campo.

Sendo assim, a cumplicidade (reconhecimento) com o modelo padrão (enfermagem moderna) era responsável por produzir o efeito de reconhecimento do campo, e permitir a ocupação de posições nos espaços da Associação Brasileira de Enfermagem.

Segundo Bourdieu (1997, p.52), o resultado das lutas simbólicas, dos agentes ou das instituições pelas posições dominantes no interior do campo, pode ser a conservação ou a transformação de sua configuração. Deste modo, as relações de força existentes entre os principais agentes inseridos na Associação Brasileira de Enfermagem resultaram, num segundo momento, na inserção dos egressos da EEAP no espaço social da ABEn.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de um estudo desenvolvido na perspectiva histórico-social que, para Castro (1997, p. 54), é “uma abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivas na explicação histórica”, o qual se apoiou na análise documental, destacando que os documentos são portadores de um discurso e que não devem ser considerados como fatos e fenômenos transparentes (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 377).

Para Gil (1999, p. 66), a análise documental diz respeito a uma técnica em que as fontes utilizadas, os documentos, ainda não sofreram tratamento analítico (chamados documentos de primeira mão, que são: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, entre outros). Ou ainda, aqueles documentos que podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Essa técnica se difere da pesquisa bibliográfica somente pela natureza das fontes.

Para desenvolvimento do estudo caracterizamos as fontes utilizadas como primárias e secundárias. As fontes primárias são aquelas representadas pelos documentos autênticos, que não foram modificados ou sofreram recortes (ECO, 2002, p. 39). Nesse estudo, por exemplo, um estatuto, em sua versão original é considerado como fonte primária. Já as fontes secundárias, fornecem informações complementares ao que já foi publicado, geralmente escrito por inúmeros autores (GIL, 1999, p. 84).

Dessa forma, a partir desses conceitos, organizamos os documentos utilizados nesse estudo, os quais constituíram o corpus documental, descritos a seguir: Estatutos da Associação Brasileira de Enfermagem (1929, 1935, 1944, 1950, 1955 e 1956 – este último, referente ao núcleo do Distrito Federal) e as atas das reuniões da Associação referentes ao início da década de 1950. Os estatutos utilizados foram selecionados de acordo com a data de publicação dos mesmos, que deveria estender-se até o ano de 1956, data de publicação do estatuto da ABEn – Distrito Federal, o primeiro desse núcleo a ser localizado.

Quanto as fontes secundárias, entendidas como literatura crítica utilizamos os documentos referentes à trajetória da Associação; bibliografia referente à História da Enfermagem, trajetória das escolas de enfermagem e à História do Brasil. Os acervos pesquisados foram: Arquivo Setorial Enf^a Maria de Castro Pamphiro, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO; Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem – EEAP- UNIRIO; Centro de Documentação, da Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ; Biblioteca da ABEn – RJ e da ABEn – Nacional.

Foram inseridas notas de rodapé no decorrer da introdução e dos capítulos se referindo aos atores/autores que contribuíram para o desenvolvimento da Associação e, conseqüentemente da profissão, com a devida descrição dos mesmos.

O estudo foi elaborado, discutido e desenvolvido junto ao Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem (Laphe), da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, UNIRIO, no período entre março de 2008 a março de 2010, com a participação de graduandos, mestrandos, docentes e pesquisadores em História da Enfermagem. Foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) sob a forma de bolsa de estudo.

A análise e interpretação das informações foram desenvolvidas através das triangulações dos documentos pesquisados com os estudos voltados para a história da enfermagem brasileira e apresentados na forma de quadros.

Este estudo atende à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNIRIO, com protocolo: CAAE: 0034.0313.000-08.

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SUAS RESPECTIVAS PRESIDENTES

Neste capítulo, descrevemos, analiticamente, como ocorreram as quatro denominações da Associação Brasileira de Enfermagem e as respectivas justificativas contextuais que levaram as presidentes à tomada de decisão no período de 1929 – 1956. Ademais, o capítulo evidencia as contribuições das presidentes em prol da Associação, em especial de Edith Magalhães Frankel como àquela que mais esteve na liderança da mesma.

Nasce uma Associação

A Associação foi criada em 12 de agosto de 1926 com a denominação Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas – ANED. Nessa data ocorreu a primeira reunião das ex-alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery, com a finalidade de pôr em prática uma estratégia importante no processo de profissionalização da enfermeira nos moldes da Missão Parsons, a qual ficou marcada como a data de fundação da associação⁵. Para que houvesse essa reunião, foi “rascunhado” um estatuto e eleita uma diretoria provisória (CARVALHO, 1976, p.22).

⁵ Para uma melhor compreensão neste estudo será utilizada a denominação atual da Associação e sua respectiva abreviação, sendo elas: “Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn”.

Nessa reunião somente as enfermeiras formadas pela Escola de Enfermagem Anna Nery puderam participar, com exceção de Edith Magalhães Fraenkel, que não se formou na EEAN, mas apoiava a criação da associação, assim como a participação de enfermeiras formadas por outras escolas, o que, segundo ela, faria com que a associação adquirisse maior visibilidade. Dentre suas concepções, Edith trazia consigo um dos conceitos de Lillian Clayton⁶, de que para uma profissão progredir seria necessário que possuísse uma associação e uma revista (CARVALHO, 1976, p. 21).

Edith Magalhães Fraenkel nasceu em 09 de maio de 1889, no bairro de Santa Thereza no Rio de Janeiro, antiga Capital da República. Era neta pelo lado materno do líder republicano Benjamin Constant Botelho. Quando criança morou no exterior por mais de uma década, viveu e estudou na Alemanha, Suécia e Uruguai. Retornou ao Brasil, em 1906 após a morte de seu pai. Edith completou o curso Normal e foi lecionar em uma escola particular no Bairro de Santa Thereza. Concluiu o curso da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, em 1918. No ano seguinte, iniciou o Curso para visitadoras do serviço de tuberculose.

Pelo fato de ser oriunda de um parentesco ilustre, de possuir inúmeras viagens e ser detentora de uma cultura incomum, colocava-se numa situação de distinção que certamente lhe favoreceu para abrir espaços sociais e políticos na

⁶ Lillian Calyton foi superintendente do Serviço de Enfermagem do Hospital Geral da Filadélfia, diretora e professora de Ética da Escola de Enfermagem desse hospital. Segundo Edith Fraenkel, Lillian costumava repetir em suas aulas de ética, que “para uma profissão progredir é necessário que tenha uma Associação e uma Revista”. De vocação missionária, fez da prestação de cuidados aos pacientes e da formação de enfermeiras o principal objetivo de sua vida. A influência que exerceu sobre muitas centenas de jovens, segundo algumas de suas ex-alunas, foi das mais elevadas e edificantes (CARVALHO, 1976, p. 39).

profissão de enfermagem. Aos 29 anos foi nomeada chefe do Serviço de Visitadoras da Inspetoria de Tuberculose do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP).

Em 1922, inicia o curso de graduação em enfermagem na Filadélfia. Retornou ao Brasil em 1925 quando foi imediatamente nomeada instrutora da Escola de Enfermeiras Anna Nery. Foi eleita primeira diretora da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, em 1927. Foi incentivadora e idealizadora do primeiro número da Revista *Annaes de Enfermagem*. Em 1928 foi designada Superintendente do Serviço de Enfermeiras do DNSP. Trabalhou intensamente pela campanha a favor do voto feminino e criou a Liga de Emancipação Intelectual da Mulher no Brasil.

No final de 1938 deixa a presidência da Aben, depois de quase quatorze anos. Em 1942 foi nomeada diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Em 1949 colaborou na reorganização da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Em 1956, coordenou o Departamento de Ensino da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto até o ano de 1961. Em 1967 reorganizou e dirigiu o serviço de enfermagem da casa de Saúde e maternidade Santa Maria, no RJ. Faleceu em 5 de abril de 1969 (MANCIA & PADILHA, 2006, p. 432-437).

Em 1927 Edith de Magalhães Fraenkel foi eleita presidente⁷ da Associação, permanecendo no cargo até 1938, apesar de, inicialmente, algumas ex-alunas terem discordado em relação à participação dela, uma vez que ela não

⁷ No período abrangido por este estudo, a Associação foi presidida por: Edith de Magalhães Fraenkel – 1927-1938; Hilda Anna Krisch - 1938- 1941; Edith de Magalhães Fraenkel – 1941-1943; Zaíra Cintra Vidal – 1943-1947; Marina Bandeira de Oliveira – 1947-1948; Edith de Magalhães Fraenkel – 1948 – 1950; Waleska Paixão – 1950-1952; Glete de Alcântara – 1952-1954; Maria Rosa Sousa Pinheiro – 1954-1958 (CARVALHO, 1976).

havia se formado na Escola de Enfermagem Anna Nery. Durante sua gestão, Edith Fraenkel insistiu no fato de que enfermeiras formadas por outras Escolas pudessem fazer parte da Associação (CARVALHO, 1976, p. 22).

O fato de Edith Magalhães Fraenkel ter se tornado membro da ABEn caracterizou o interesse político das enfermeiras responsáveis pela organização da Associação, já que Edith Fraenkel possuía o reconhecimento no campo da enfermagem, devido seu elevado capital cultural, o que poderia vir a favorecer o progresso da recém-criada ABEn.

A dedicação de Edith Magalhães Fraenkel para a enfermagem permitiu a ela conquistar o respeito de enfermeiras renomadas como Ethel Parson, que depositou nela a confiança de assumir o cargo de instrutora de enfermagem na recém criada escola e o cargo de presidente da ABEn (MANCIA & PADILHA, 2006).

Quanto à Associação, sabemos que, mesmo as enfermeiras formadas pela EEAN possuindo pouco tempo disponível para se dedicarem aos interesses da Associação, permanecendo com as antigas propostas estabelecidas no primeiro estatuto, preferiram continuar impedindo que os enfermeiros formados por outras Escolas pudessem contribuir para o seu desenvolvimento, exceto as líderes, anteriormente citadas, como Edith Magalhães Fraenkel e Rachel Haddock Lobo. O que caracteriza o monopólio do espaço associativo para enfermeiras detentoras do *habitus* da enfermagem moderna, no Distrito Federal.

Rachel Haddock lobo nasceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de junho de 1891. Descendente de importante família de origem portuguesa, estabelecida no

Rio de Janeiro, desenvolveu seus estudos primários e secundários no Colégio Imaculada Conceição, no Rio de Janeiro, e, em 1918, viajou para a França a fim de participar da 1ª Guerra Mundial como voluntária da Cruz Vermelha Francesa; como recompensa pelos serviços prestados recebeu do governo francês a “Cruz da Legião de Honra”. Retornou à França para fazer o Curso de Enfermagem na *École des Enfermières de L' Assistance Publique*, formando-se em 1924.

No início de 1925, retornou ao Brasil e trabalhou na Fundação Gaffrée e Guinle. Ficou pouco tempo, pois foi convidada por Ethel Parsons para trabalhar na Escola de Enfermagem Anna Nery. Ingressou no corpo docente desta Escola e, em maio de 1927, viajou para os Estados Unidos com bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, onde fez o Curso de Administração de modo a preparar-se para assumir a direção da Escola de Enfermagem Anna Nery. Realizou ainda os Cursos de Especialização em Moléstias Contagiosas e o Curso de Tuberculose. Fez ainda um curso sobre Estudos Científicos de Administração e Pedagogia. Ao retornar ao Brasil em 1929, ocupou o cargo de Assistente de diretora da EEAN, onde permaneceu até ser designada diretora em 1931.

Por motivo de férias ausentou-se do cargo em 1933, sendo substituída por Maria de Castro Pamphiro, enfermeira chefe do Hospital São Francisco de Assis. No dia 19 de maio desse mesmo ano, foi submetida a uma intervenção cirúrgica, vindo a falecer em 25 de setembro de 1933 (SANTOS & BARREIRA, 2002, p. 30 e 31).

O Movimento de Denominação da Associação

Em 1929, Ethel Parsons, após receber um convite para participar do Congresso Internacional de Enfermeiras, em Montreal, no Canadá, despertou para a oportunidade de, juntamente com Edith Magalhães Fraenkel, reorganizar a Associação, modificando o seu estatuto e adequando-o às normas do Conselho para que pudesse, assim, filiar a ABEn a ele, proporcionando visibilidade internacional à Associação (CARVALHO, 1976, p. 48).

Durante a gestão de Edith Magalhães Fraenkel como presidente, a ABEn manteve sua sede nos espaços da EEAN e recebia apoio de órgãos sanitários federais, fato que gerava certa confusão das enfermeiras diplomadas, no que se referia à Associação e à Escola, evidenciando que a identidade da Associação ainda era pouco nítida. Em 1938, Edith Magalhães Frankel passou o cargo para Hilda Anna Krisch, “enfermeira com menor projeção no campo” (BARREIRA, SAUTHIER, BAPTISTA, 2001, p. 160).

Segundo Carvalho (1976, p. 52), até 1939 a ABEn foi constituída apenas pelas diplomadas da EEAN, com exceção de Edith Magalhães Fraenkel, Rachel Haddock Lobo e Adelina Zourob, o que nos leva a crer que durante a criação da Associação, mesmo Edith Fraenkel tendo apoiado a aceitação de enfermeiras formadas por outras escolas na condição de sócias, não alterou o controle das egressas da EEAN existente no espaço da ABEn, que manteve seus espaços voltados para as ex-alunas dessa Escola durante a gestão de Edith.

Em 1939, a presidente da Associação, Hilda Anna Krisch (1938 – 1941), informou que o Ministério do Trabalho havia sugerido a retirada do termo *Nacional*, do nome da Associação, que à época era denominada *Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras - ANEDB*, o que não foi possível de imediato, devido à falta de associados durante as reuniões (CARVALHO, 1976, p.55). Mesmo com um baixo número de associadas, a ABEn continuava não permitindo que profissionais, os quais ela não reconhecia como de alto padrão, se tornassem sócios.

Descendente de família austríaca, Hilda nasceu em março de 1900, em Joinville/SC. Trabalhou na Casa de Saúde Dona Helena, quando o então diretor, Dr. Norberto Bachmann sugeriu que fizesse um estágio de Biologia, em São Paulo. Com um contato mais direto com o hospital, Hilda se interessou pela enfermagem, passando a frequentar o Curso de Enfermagem do Hospital Samaritano. Ao concluí-lo, resolveu aprofundar seus conhecimentos e ingressou na Escola Anna Nery. Por ter sido considerada a melhor aluna, ganhou uma Bolsa de Estudos da Fundação Rockefeller, para estudar nos EUA, onde fez vários cursos.

No seu retorno ao País, passou a lecionar na Escola Anna Nery. Assumiu também a presidência da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), tendo sido a segunda presidente. Posteriormente foi designada para planejar, organizar e equipar o primeiro Hospital de Clínicas do Brasil (1942-1945). Após este trabalho, o Ministério da Educação e Saúde resolveu lotá-la na Delegacia Federal da Saúde em Porto Alegre, para atuar nos três Estados do Sul, atuando nos

hospitais e com as equipes de enfermagem. Mais uma vez, recebe uma Bolsa de Estudos, desta vez da Organização Mundial de Saúde (OMS) e viaja aos EUA. Em sua volta ao país adoece gravemente, e se aposenta aos 55 anos. Passou a trabalhar no Museu da Imigração e Colonização em Joinville. Em 24 de junho de 1995, ocorre o seu desaparecimento. Hilda Anna Krisch caracterizou-se por ser um marco na história da Enfermagem, devido ao importante trabalho realizado na profissão (CAETANO, 2000).

Já em 1944, pôde-se perceber um maior interesse por parte das associadas em ampliar o corpo social e o desenvolvimento da profissão, proporcionando maior abrangência regional, sendo possível, após cinco anos da solicitação feita pelo Ministério do Trabalho, a alteração no nome da Associação, que passou a se chamar Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas – ABED (CARVALHO, 1976, p. 33). Com o apoio do IAIA/SESP, novas Escolas foram criadas e algumas mantidas pela Igreja Católica, foram equiparadas mais rapidamente (BARREIRA, SAUTHIER, BAPTISTA, 2001. p. 165 e 166).

No ano seguinte fora criado o primeiro núcleo da ABEn, na cidade de São Paulo, o qual teve Edith Magalhães Fraenkel como presidente. A idéia de criação dos núcleos emergiu a partir de uma viagem de Zaíra Cintra Vidal⁸ aos Estados

⁸ Zaíra Cintra Vidal nasceu em 05 de maio de 1903, no Distrito Federal, era filha de Eugênia da Silva e de Amado de Araújo Cintra Vidal. Ingressou na Escola Normal, atualmente Instituto de Educação, aos 18 anos de idade, formando-se professora primária em 1922. Educadora nata exerceu esta função até 1924, quando decidiu estudar na Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública, onde ingressou em 17 de março de 1924, concluindo o curso em 06 de agosto de 1926. Após ter concluído o curso com brilhantismo, foi convidada pela Fundação Rockefeller para aperfeiçoar seus conhecimentos nos Estados Unidos, onde permaneceu no período de 1927 a 1929. Ao voltar para o Brasil, dedicou parte de seu tempo à atividade de docente da Escola de Enfermagem Anna Nery, na qualidade de instrutora de alunas. Elaborou o projeto de criação da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo, que foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1944, a qual foi diretora no período de 1944 a 1954. Dentre as atividades realizadas enquanto esteve na direção da ABED, destacam-se: no primeiro mandato (1943 a 1945), a aprovação e registro do novo estatuto com a mudança do nome de Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras - ANEDB, para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas ABED, elaborou um plano para re-erguer a Revista Anais de Enfermagem, aumentando o quadro de associadas de 20, em 1943 para 172, em 1945. No seu segundo mandato (1945 a 1947), conseguiu criar duas novas divisões na Associação, a de Educação e a de Enfermagem de

Unidos na qual ela percebeu que com a criação de núcleos, a Associação poderia adquirir maior visibilidade e, conseqüentemente, aumentaria o número de associados, o que realmente aconteceu (CARVALHO, 1976, p.100). A partir da criação do núcleo de São Paulo, vários outros foram criados, como em 1946 o núcleo do Distrito Federal – Rio de Janeiro, sob os auspícios de Rosaly Taborda (BARBOSA & FERREIRA, 2001, p. 329).

Segundo Carvalho (1976, p. 37), apenas em 1947 as enfermeiras formadas por outras escolas senão a EEAN, puderam se tornar sócias da ABEn, desde que fossem formadas por escolas reconhecidas pela Associação.

Tal permissão já constava no estatuto de 1944, mas apenas três anos depois ocorreu a entrada dos enfermeiros formados por outras Escolas (LIMA, 1950). Cabe destacar que próximo à promulgação da Lei 775/1949, muitas escolas seriam equiparadas, tais como a Escola Rachel Haddock Lobo e a Escola do Pará, equiparadas em 27 de janeiro de 1949 e 21 de julho de 1949, respectivamente. Entretanto o aumento do número de associados, não acompanhava o crescimento numérico das escolas de enfermagem, como também ao aumento do quantitativo de equiparações dessas escolas. Isto se deu na década de 1940, principalmente em relação às escolas católicas.

Ainda em 1947 durante a realização do I Congresso Nacional de Enfermagem, na cidade de São Paulo, Marina Bandeira de Oliveira sugeriu que fosse acrescentado ao estatuto, um novo capítulo em que a Associação realizaria um ou mais congressos anuais, com a finalidade de promover a aproximação das

sócias, apresentação de trabalhos técnico-científicos, proporcionando assim, o desenvolvimento da enfermagem no Brasil. Mas, segundo Carvalho (1976, p. 36), nenhuma das mudanças sugeridas durante o Congresso, com o intuito de proporcionar uma maior visibilidade à Associação, se referiu à abertura do espaço para os enfermeiros de outras escolas.

Com a realização do I Congresso Nacional de Enfermagem, a enfermagem brasileira passou a ter uma nova visão em relação ao desenvolvimento da profissão, gerando uma melhor comunicação entre os profissionais e, conseqüentemente, a quebra de barreiras até então intransponíveis.

Em 1948 ocorreu o II Congresso Nacional de Enfermagem, na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os temas abordados, destacaram-se a questão do reconhecimento das Escolas de Enfermagem que deveria passar a ser uma atribuição do Conselho Nacional de Educação; que os cursos de enfermagem fossem ministrados apenas por Escola de Enfermagem e com duração não inferior a três anos; que o Ministério da Educação e Saúde desse apoio às Escolas de Enfermagem existentes no país; e que o título de enfermeira deveria ser conferido exclusivamente à profissional diplomada por Escolas de Enfermagem reconhecidas. Além disso, no II Congresso foi demonstrado o interesse dos enfermeiros em conquistar novos espaços, em buscar o seu reconhecimento no campo da saúde, em elevar a qualidade do ensino nas escolas de enfermagem e, por conseguinte, dos profissionais por elas formados (II CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM - RJ, 1948).

Em 1949 passou a vigorar a Lei 775/1949, que regulamentou o ensino da enfermagem no Brasil, estipulando as regras para o funcionamento das Escolas de Enfermagem, dando início a uma nova etapa para o ensino da enfermagem, já que para ter o seu diploma reconhecido, as Escolas deveriam ter que se enquadrar às normas estabelecidas por esta Lei.

Mesmo após a criação dos Congressos Nacionais de Enfermagem e da Lei 775/1949 ter sido sancionada, ocorreram fatos importantes para a enfermagem brasileira, que representaram o início de uma nova etapa para a profissão, tais como adequações nos estatutos, afim de que a Associação atendesse melhor às expectativas dos profissionais da época.

Em 1950, a ABEn publicou um novo estatuto, que foi aprovado durante o IV Congresso Brasileiro de Enfermagem. Nele constam algumas alterações relacionadas à organização interna, mas permaneceu com o mesmo discurso relacionado à aceitação de sócios, a de que deveriam ser “enfermeiras brasileiras natas ou naturalizadas, diplomadas por escolas reconhecidas por esta Associação”, demonstrando que a Lei 775/1949 não influenciou no processo de inserção dos enfermeiros formados por outras Escolas na ABEn.

O V Congresso Brasileiro de Enfermagem ocorreu no Rio de Janeiro, em novembro de 1951, sendo presidente da ABEn - Seção Nacional, a Enfermeira Waleska Paixão. Um dos principais temas abordados neste Congresso foi o incentivo à criação de organizações estudantis nas escolas de enfermagem e que os estudantes do último ano poderiam participar das reuniões da ABEn local, fazendo parte das comissões que a eles interessassem, e mesmo que eles

possuíssem ou não uma comissão estudantil, teriam autorização para utilizarem a palavra durante os Congressos da ABEn. O que caracteriza uma estratégia para captação de mais sócios e aumentar o raio de ação da ABEn.

Tal fato caracterizou uma proposta inovadora, devido ao fato de não ter sido mencionado o nome de nenhuma Escola de Enfermagem como condição para que o aluno pudesse participar das reuniões, demonstrando assim o início de uma nova etapa para a ABEn e, logo, para a enfermagem.

Em 1952 ocorreu o VI Congresso Nacional de Enfermagem, na cidade de São Paulo no qual não constam registros nos acervos da ABEn-RJ e nacional. O VII Congresso ocorreu também na cidade de São Paulo, em 1953. Nele o principal assunto abordado foi a questão da melhoria dos cursos, através de investimento na questão da especialização profissional. Nesse mesmo ano ocorreu a mudança no nome da Associação, que passou a ser denominada de Associação Brasileira de Enfermagem (VII CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM - SP, 1954). A alteração no nome da Associação ocorreu no último ano do mandato de Gleite de Alcântara como presidente da mesma, após aprovação em Assembléia Geral (CARVALHO, 1976, p. 75).

Em 1956 ocorreu o VIII Congresso Nacional de Enfermagem, em Minas Gerais, o qual teve, dentre outros temas abordados, a questão da não permissão por parte da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, para o funcionamento e o reconhecimento de escolas que não possuíssem materiais e docentes adequados para o seu funcionamento. O que caracteriza uma mudança no discurso dos principais agentes do campo da enfermagem. Tal

solicitação tratava-se de uma forma de zelar pela qualidade de ensino ministrado nas escolas e não apenas uma questão de disputa por poder (VIII CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM – MG, 1955).

No estatuto de 1956, pertencente ao núcleo do Distrito Federal, já existia um novo discurso, o qual permitia que os “enfermeiros diplomados por escolas de enfermagem que obedecem aos preceitos da legislação em vigor”, pudessem tornarem-se sócios (ESTATUTO – ABEn – RJ, 1956).

Nesse período vigoravam duas leis importantes para a enfermagem, a Lei 775/49 e a Lei 2604/55, a primeira regulamentou o ensino da enfermagem e a segunda o ensino profissional no país, demonstrando uma mudança no discurso até então existente, já que a associação aceitaria as enfermeiras formadas por escolas, nacionais ou estrangeiras, reconhecidas pela associação de seus respectivos países e no estatuto da ABEn referente ao ano de 1956 – Núcleo do DF, para tornar-se sócio era preciso ser formada em uma escola reconhecida apenas pela ABEn.

Em síntese, o quadro abaixo apresenta o ano, justificativa e o evento em que ocorreram as quatro mudanças na denominação da Associação.

Quadro I: Mudanças que ocorreram no nome da Associação do período de 1929 a 1956.

Siglas	Ano	Justificativa	Evento
Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas - ANED	1926	Acordo entre as enfermeiras participantes da reunião de criação	Reunião de Criação da Associação na EEAN
Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras – ANEDB	1929	Adequação às normas do Conselho Internacional de Enfermagem	Reunião ordinária entre as associadas à época
Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas - ABED	1944	Solicitação do Ministério do Trabalho por considerar que não cabia no nome da Associação, o termo “Nacional”	Reunião extraordinária das associadas
Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn	1954	Sugestão feita por Gleite de Alcântara, presidente da Associação à época, após diversas mudanças realizadas por ela nos espaços da ABEn.	VII Congresso Nacional de Enfermagem

Fonte: Documentário “Associação Brasileira de Enfermagem 1926 - 1976”, de autoria de Anayde Correa de Carvalho.

As mudanças na denominação da Associação expressas por motivações distintas representam a força de sua abrangência no campo da enfermagem, desde a organização inicial, orientadas pelas principais porta vozes, até a influência de forças internacionais e nacionais, finalizadas pela última modificação sob orientação da enfermeira Gleite de Alcântara, a qual permaneceu até os dias atuais.

Além disso, podemos observar uma contradição em relação às denominações que expressam as palavras *Nacional* e *Brasileira*, já que ao mesmo tempo era restrito o ingresso da parte significativa dos enfermeiros e enfermeiras formados nas diversas instituições de ensino de enfermagem em âmbito nacional sob o argumento do reconhecimento da Associação.

Outra síntese para o momento é sobre as presidentes da Associação, como pode ser observado no quadro II, que evidencia que o intervalo entre as nove gestões que flutuaram entre 1(um) e 11(onze) anos, com média de 2 anos. A presidente que mais se manteve no quadro foi Edith Magalhães Fraenkel, chegando a presidir por 11 anos consecutivos.

Quadro II – Presidentes da ABEn do período de 1927 a 1956.

Presidentes da ABEn	Início do Mandato	Término do Mandato	Período em que permaneceu no cargo
Edith Magalhães Fraenkel	1927	1938	11 anos
Hilda Anna Krisch	1938	1941	3 anos
Edith Magalhães Fraenkel	1941	1943	2 anos
Záira Cintra Vidal	1943	1947	4 anos
Marina Bandeira de Oliveira	1947	1948	1 ano
Edith Magalhães Fraenkel	1948	1950	2 anos
Waleska Paixão	1950	1952	2 anos
Glete de Alcântara	1952	1954	2 anos
Maria Rosa Souza Pinheiro	1954	1958	4 anos

Fonte: Documentário “Associação Brasileira de Enfermagem 1926 - 1976”, de autoria de Anayde Correa de Carvalho.

Com exceção da Hilda Anna Krisch, todas as demais presidentes acumularam capital político no período em que estavam exercendo a direção de escolas de enfermagem ligadas às Universidades. Tinham alta influência no campo da educação brasileira e ficavam concentradas no eixo Rio (DF) – São Paulo, expressas pela Universidade de São Paulo e pela Universidade do Brasil.

A permanência de Edith Magalhães Fraenkel como presidente da ABEn representou o enorme poder exercido por ela no campo da enfermagem, já que mesmo não tendo se formado na EEAN, estabeleceu um lugar de destaque no campo da enfermagem e da saúde através de seu capital cultural elevado, se tornando assim reconhecida perante os demais profissionais enfermeiros.

Segundo Carvalho (1976, p. 68), dentre os acontecimentos de relevo efetuados durante a primeira gestão de Edith Magalhães Fraenkel, destacam-se: a Associação foi filiada ao Conselho Internacional de Enfermeiras, em 1929, ano em que Bertha Pulen e Ethel Parsons consideraram como início efetivo das atividades da Associação; foi elaborado um novo estatuto e a Associação passou a se chamar Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras. Em 1932, foi publicado o primeiro exemplar da Revista Anais de Enfermagem, foi também o ano em que começaram a arrecadar fundos para equipar uma enfermaria para atender às associadas que dela necessitassem.

A gestão de Hilda Anna Krisch foi marcada por diversas mudanças, apesar de ter permanecido no cargo apenas por dois anos, dentre as quais podemos destacar: a defesa dos direitos da classe junto ao Ministério do Trabalho contra nomeações indevidas, tendo por base a legislação de enfermagem existente; o anteprojeto de regulamentação da profissão que foi elaborado de acordo com o que havia sido apresentado ao Ministério do Trabalho pelo Sindicato dos Enfermeiros Terrestres; a transferência da sede da Associação do pavilhão de aulas, do centro da cidade foi para o internato da Escola de Enfermagem Anna Nery, em Botafogo, zona Sul (CARVALHO, 1976, p. 69).

Em relação à segunda gestão de Edith Magalhães Fraenkel, podemos destacar os esforços dela em prol de evitar o concurso do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) para preenchimento de cargos efetivos para enfermeiros; foi realizado curso de atualização para as enfermeiras da Escola de Enfermagem Anna Nery. No I Congresso Pan-americano de

Enfermagem a Escola de Enfermagem da USP foi representada por Haydée Guanais Dourado e a EEAN se fez representar por Radcliff Guanais Dourado (CARVALHO, 1976, p. 70).

Quanto à gestão de Zaíra Cintra Vidal podemos destacar: a aprovação e o registro do novo estatuto com a mudança no nome da Associação; a elaboração de um plano para re-erguimento da revista Anais de Enfermagem; o quadro de associadas que aumentou de vinte associadas em 1943 para cento e setenta e duas, em 1945. A sede da Associação que foi novamente transferida, dessa vez para um prédio na Av. Rio Branco, Centro da cidade do Rio de Janeiro (DF); a criação da caixa pecúlio para auxílio às Associadas; e a indicação de uma comissão para arrecadar fundos para a construção da Casa da Enfermeira (CARVALHO, 1976, p. 71).

No que se refere à segunda gestão de Zaíra Cintra Vidal, destacam-se: a criação das Divisões de Educação e de Enfermagem de Saúde Pública; a transferência da redação da Revista Anais de Enfermagem para São Paulo; a solicitação junto ao presidente da República, mediante memorial, para que a profissão de enfermeira fosse reconhecida, para que assim, fosse separada da carreira de auxiliar de enfermagem; solicitação de aposentadoria aos 25 anos de trabalho (CARVALHO, 1976, p. 71).

Em relação à terceira gestão de Edith Magalhães Fraenkel, merecem destaque: o registro, pela primeira vez, da ata de posse da diretora; o memorial enviado ao Ministério do Trabalho solicitando a reintegração do enfermeiro junto aos profissionais liberais; a mudança sugerida da designação do enfermeiro

prático para prático de Enfermagem. O trabalho da diretoria em prol da promulgação da Lei 775/1949 e de seu regulamento (CARVALHO, 1976, p. 73).

Na gestão de Waleska Paixão os fatos que merecem destaque são: aprovação de uma comissão de enfermagem hospitalar; solicitação da subvenção federal às escolas de enfermagem; comissão indicada para estudo do Código de Ética para Enfermeiras (CARVALHO, 1976, p. 73).

Durante a gestão de Glete de Alcântara ocorreram algumas mudanças tais como: comissão especialmente indicada para trabalhar junto à Comissão do Plano de Reclassificação de Cargos do DASP; a declaração da ABED como utilidade pública, nova alteração no nome da Associação; realização do X Congresso Internacional de Enfermagem em julho de 1953, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro e no ano seguinte, o VII Congresso Nacional de Enfermagem no mês de agosto, na cidade de São Paulo (CARVALHO, 1976, p. 75).

Por fim, a gestão de Maria Rosa Sousa Pinheiro, que foi marcada por diversas mudanças, dentre elas: a apresentação do substitutivo do Projeto n. 115/54, que dava direito ao título de enfermeiros ao diplomado por escolas oficiais estaduais, não reconhecidas e já extintas; aprovação do Código de Ética de Enfermagem; incentivo de um maior entrosamento com os sindicatos, dentre outras mudanças (CARVALHO, 1976, p. 76).

CAPÍTULO II

OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Neste capítulo buscamos analisar as mudanças que ocorreram nos estatutos da Associação Brasileira de Enfermagem, do período de 1929 a 1956. De acordo com as buscas realizadas até o momento, foram localizados na delimitação temporal do estudo desta pesquisa, o estatuto que data de 1929, o estatuto de 1935, o estatuto de 1944, e por fim, os estatutos de 1950, 1955 e 1956, este último referente ao núcleo do Distrito Federal.

Desde sua criação até 1956, a Associação Brasileira de Enfermagem teve o seu estatuto modificado por seis vezes. Segundo Vieira (1995, p. 72), à medida que a Associação crescia como instituição em constante transformação na sociedade, exigências eram feitas em relação a mudanças no estatuto.

Dentre as diversas mudanças podemos destacar a alteração no nome, que ocorreu por quatro vezes até que se chegasse a denominação atual (Associação Brasileira de Enfermagem-ABEn), alterações nos capítulos e artigos, que foram ampliados e reduzidos ao longo dos anos, dentre outras mudanças que se fizeram necessárias para que a Associação se desenvolvesse.

Vale ressaltar que nem todas as mudanças de denominação coincidem com as datas dos estatutos localizados, como no caso dos estatutos de 1935, 1950, 1955 e 1956, onde não ocorreram mudanças no nome da Associação.

O Estatuto de 1929 foi o primeiro documento oficial da Associação adotado antes da filiação da Associação ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE), antes dele somente um esboço de estatuto foi elaborado e apresentado, em rascunho, na reunião que formalizou a criação da ABEn, em 1926 (VIEIRA, 1995, p.56).

Este Estatuto é constituído por oito capítulos e vinte e cinco artigos. Nele consta que a Associação possuía sua sede e foro jurídico na Capital Federal e, que era constituída de enfermeiras diplomadas por escola nacional ou estrangeira, reconhecida pela Associação Nacional de Enfermagem do país em que se diplomou.

A finalidade principal era a de elevar o padrão da profissão, chamando a atenção para a necessidade de trabalhar incessantemente pelo progresso da educação de enfermeiras e pelo estabelecimento de escolas de enfermagem que tivessem os mesmos requisitos da Escola Oficial do Governo Federal, a EEAN (ESTATUTO - ABEn, 1929).

Os Estatutos da ABEn, que datam de 1929, 1935 e 1944 demonstram mudanças ocorridas no nome da Associação, fato que não ocorreu com os outros Estatutos. Essas e outras mudanças podem ser observadas no quadro III.

O Estatuto da ABEn, de 1935 não apresenta diferença alguma em relação ao estatuto publicado em 1929, demonstrando uma forma de proporcionar maior visibilidade à Associação mediante a republicação de um estatuto (ESTATUTO - ABEn, 1935).

O Estatuto da ABEn, de 1944 apresenta 13 capítulos e 47 artigos, sendo o maior estatuto publicado de todos os que foram localizados. Nele consta que para serem aceitas como sócias deveriam ser enfermeiras brasileiras natas ou naturalizadas, formadas por escolas reconhecidas por esta Associação; dentre as finalidades principais destaca-se a de pugnar pelo desenvolvimento da enfermagem em todos os ramos (ESTATUTO – ABEn, 1944).

O Estatuto de 1950 é idêntico ao de 1944 (ESTATUTO – ABEn Núcleo do DF, 1956). Já o Estatuto publicado em 1955 se diferencia dos demais em diversos pontos, dentre os quais podemos destacar a condição para ingressar como membro da ABEn: somente os diplomados por escolas de enfermagem que obedecessem a legislação em vigor. Este documento possui 9 capítulos e 37 artigos, os quais apresentam semelhanças com os demais Estatutos publicados anteriormente (ESTATUTO – ABEn, 1955).

O Estatuto da Associação, de 1955 tornou-se o diferencial perante os outros estatutos. Nele a inclusão de novos enfermeiros/as para integrar o quadro de sócios deixou de ser um fator dependente do “reconhecimento”, pela Associação, passando a ser uma questão de adequação às Leis em vigor, o que demonstra uma mudança no acesso à entidade e conseqüentemente para a representatividade da Associação nos campos da educação, da saúde e da enfermagem.

Em relação ao Estatuto da Associação, publicado em 1956, referente ao núcleo do Distrito Federal, consta que a ABEn – Sede do Distrito Federal - compunha-se por diplomados por escolas de enfermagem que obedecessem aos

preceitos da legislação em vigor, assemelhando-se assim, com o Estatuto de 1955, além de possuir 10 capítulos e 38 artigos (ESTATUTO – ABEn – Núcleo do DF, 1956).

Quadro III – Mudanças quantitativas relacionadas aos capítulos e artigos dos Estatutos da Associação Brasileira de Enfermagem, de 1929 a 1956.

Estatutos	Quantidade de Capítulos	Quantidade de Artigos	Denominação da Associação
1929	8	25	ANEDB
1935	8	25	
1944	13	47	ABED
1950	13	47	
1954	Não apresenta capitular	Não apresenta capitular	ABEn
1955	9	39	
1956	10	38	ABEn-Núcleo do DF

Fonte: Estatutos da ABEn, 1929, 1935, 1944, 1950, 1955, 1956-Núcleo do DF.

Outro fator que merece destaque é a mudança no nome da Associação no ano de 1954, quando não foi publicado um novo Estatuto para divulgar tal alteração, como ocorreu nas mudanças anteriores.

Quadro IV – Finalidades da ABEn de acordo com os estatutos, 1929 a 1956.

N ^{os} .	1929 a 1935	1944 a 1950	1955	1956
1)	Trabalhar pelo <i>progresso da educação de enfermeiras</i> e pelo estabelecimento de <i>escolas de enfermagem</i> que tenham os mesmos requisitos da <i>Escola Oficial do Governo Federal</i> .	Pugnar pelo desenvolvimento da enfermagem em todos os ramos.	Pugnar pelo desenvolvimento da enfermagem em todos os ramos.	Pugnar pelo desenvolvimento da enfermagem em todos os ramos.
2)	Incitar o <i>espírito de união e de cooperação entre as enfermeiras diplomadas</i> .	Trabalhar incessantemente pelo <i>ensino e formação de enfermeiras</i> .	Trabalhar pelo <i>ensino e formação de enfermeiras</i> e pela conservação do alto padrão moral e intelectual da classe.	Trabalhar pelo <i>ensino e formação de enfermeiras</i> e pela conservação do alto padrão moral e intelectual da classe.
3)	Manter profícua vigilância contra supostas enfermeiras, defendendo a classe de acusações tendenciosas.	<i>Estudar os assuntos que interessem à profissão, colaborando com as autoridades na solução de problemas.</i>	<i>Estudar os assuntos que interessem à profissão, colaborando com as autoridades na solução de problemas.</i>	<i>Estudar os assuntos que interessem à profissão, colaborando com as autoridades na solução de problemas.</i>
4)	Promover a votação e sanção de leis regulamentando a profissão de enfermeiras.	Incentivar o <i>espírito de união e cordialidade das enfermeiras entre si e com os outros grupos profissionais</i> .	Incentivar o <i>espírito de união e cordialidade das enfermeiras entre si e com os outros grupos profissionais</i> .	<i>Incentivar o espírito de união e cordialidade das enfermeiras entre si e com os outros grupos profissionais.</i>
5)	Procurar estabelecer <u>instituições para auxílio das enfermeiras diplomadas</u> e da comunidade.	Prestar <u>assistência social e jurídica</u> aos seus membros.	Prestar <u>assistência social e jurídica</u> aos seus membros.	Prestar <u>assistência social e jurídica</u> aos seus membros.
6)	Não apresenta finalidade	Manter profícua vigilância contra supostas enfermeiras, defendendo a classe de acusações tendenciosas.	Promover conferências e congressos para tratar de assuntos referentes à profissão.	Não apresenta finalidade
7)	Não apresenta finalidade	Despertar maior interesse pelas questões referentes ao bem estar da comunidade, apoiando todas as iniciativas sanitárias e filantrópicas.	Não apresenta finalidade	Não apresenta finalidade
8)	Não apresenta finalidade	Promover conferências e congressos para tratar de assuntos referentes à profissão.	Não apresenta finalidade	Não apresenta finalidade

Fonte: Estatutos da ABEn, 1929, 1935, 1944, 1950, 1955, 1956-Núcleo do DF.

No quadro IV, identificamos que os estatutos de 1929 e 1935 possuem uma maior diferença quando comparados com os demais, já que as finalidades da ABEn neles descritas, sofreram mudanças e até mesmo foram excluídas ao longo dos anos.

Os itens destacados em negrito demonstram uma preocupação com o *habitus* profissional das enfermeiras. No item “1” (em negrito), podemos observar que esse *habitus* deveria ser construído a partir dos mesmos requisitos da EEAN, conhecida como Escola Oficial do Governo Federal. Já no item “3”, também percebemos a preocupação com a construção do *habitus*, através do interesse pelo ensino e formação de enfermeiras de alto padrão moral e intelectual dos membros da classe.

Nos itens destacados em itálico observamos a questão classista através da formação de grupos entre as enfermeiras diplomadas que se colocaram a disposição das autoridades para serem porta voz da área (Enfermagem) e do grupo (classe) de enfermeiras diplomadas pertencentes à Associação.

Em outros itens demonstraram a preocupação das supostas enfermeiras com a questão da Lei do Exercício Profissional (1955), ao mesmo tempo em que as escolas de enfermagem ficam bem definidas com a Lei 775/1949 e acompanhada pelo MES.

Também evidenciamos a preocupação com a questão da assistencialista, buscando criar meios de resolver questões jurídicas e até mesmo em relação à saúde das enfermeiras.

Para outros os itens, enfatizam a questão cultural, tal como a organização dos congressos para o desenvolvimento da profissão, promovendo aproximação entre enfermeiras de diversas partes do país e conseqüentemente entre diversas escolas de enfermagem.

A partir das observações realizadas, podemos considerar que ocorreram mudanças significativas dos primeiros Estatutos localizados (1929 e 1935), em relação aos últimos (1955 e 1956 - DF), o que demonstra uma adequação da Associação às mudanças ocorridas na enfermagem, ou seja, uma evolução da ABEn junto com os profissionais enfermeiros em prol de manter-se na liderança como representante da classe.

O quadro abaixo apresenta a estrutura dos capítulos dos estatutos de 1929 a 1956 (Núcleo do DF). Nele foi descrito a quantidade de capítulos de cada estatuto, assim como o assunto referido a cada um deles.

Quadro V: Títulos dos capítulos dos Estatutos da ABEn, no período de 1929 a 1959.

Capítulos	ESTATUTOS			
	1929 e 1935	1944 e 1950	1955	1956 (Núcleo/DF)
I	Do nome, sede, duração e fins da Associação.	Do nome, fins, sede, duração e membros da Associação.	Da denominação, sede, duração e fins.	Da denominação, sede, duração e fins.
II	Das sócias, seus deveres, direitos e regalias.	Das seções e dos distritos.	Da constituição.	Da constituição.
III	Das assembleias gerais.	Das divisões.	Dos sócios: direitos e deveres.	Dos sócios: direitos e deveres.
IV	Das eleições.	Da organização.	Das seções e distritos.	Das seções.
V	Da diretoria, seus deveres e atribuições.	Da diretoria.	Dos órgãos da ABEn.	Dos órgãos da ABEn - NDF.
VI	Do conselho fiscal, seus deveres e atribuições.	Do Conselho Deliberativo.	Das eleições.	Das sessões.
VII	Dos empréstimos às sócias.	Da Assembleia Geral.	Do patrimônio.	Da diretoria e do conselho fiscal.
VIII	Das disposições gerais.	Das reuniões.	Das disposições gerais.	Das eleições.
IX	Não apresenta estrutura de capítulos.	Das comissões.	Disposições transitórias.	Do patrimônio.
X	Não apresenta estrutura de capítulos.	Das eleições.	Não apresenta estrutura de capítulos.	Das disposições gerais.
XI	Não apresenta estrutura de capítulos.	Dos congressos.	Não apresenta estrutura de capítulos.	Não apresenta estrutura de capítulos.
XII	Não apresenta estrutura de capítulos.	Do patrimônio.	Não apresenta estrutura de capítulos.	Não apresenta estrutura de capítulos.
XIII	Não apresenta estrutura de capítulos.	Das disposições gerais.	Não apresenta estrutura de capítulos.	Não apresenta estrutura de capítulos.

Fonte: Estatutos da ABEn, 1929, 1935, 1944, 1950, 1955, 1956 – Núcleo do DF.

Neste quadro é possível identificar o movimento dos títulos de cada capítulo dos Estatutos. Através deles podemos perceber a estrutura da ABEn no que se referia as questões organizativas, já que cada um corresponde à uma parte administrativa dentro da Associação, distribuída de acordo com os principais interesses de cada época.

Tais dados permitem-nos observar que os Estatutos de 1944 e 1950 possuem um maior número de capítulos (cinco a mais que os Estatutos de 1929 e 1935, três a mais que os de 1955 e 1956 – Núcleo do DF).

No capítulo I de cada estatuto, podemos observar que não foram feitas muitas alterações, apenas foi acrescentado a questão dos “membros da Associação”, nos estatutos de 1944 e 1950, o qual foi excluído dos estatutos subsequentes.

Dentre os capítulos excedentes dos Estatutos de 1944 e 1950, um dos que merecem destaque é o “item XI – Dos Congressos”, o qual não consta nos outros Estatutos e, os Congressos Nacionais de Enfermagem ainda não eram realizados no Brasil. Em relação aos estatutos de 1955 e 1956 poucos termos foram alterados.

Tais mudanças na organização da Associação representaram a abertura de novos espaços sociais através da participação em eventos como o Congresso Nacional de Enfermagem, de enfermeiros formados por diversas escolas de enfermagem, não apenas os egressos da Escola de Enfermagem Anna Nery.

O envolvimento da Associação em vários assuntos da enfermagem, tais como: salário e ocupação de cargos públicos gerou mais força e mais recursos financeiros ao longo dos anos para a Associação, proporcionando maior visibilidade no campo da enfermagem, logo, mais lucro e mais associados.

CAPÍTULO III

O EFEITO SIMBÓLICO DAS MUDANÇAS NO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM PARA A ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO

Neste capítulo apresentamos os efeitos gerados pelas mudanças no estatuto da Associação Brasileira de Enfermagem em relação à Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, o que acarretou na inserção dos enfermeiros egressos desta Escola nos espaços sociais da Associação.

Mudanças no Estatuto da Associação

No Estatuto da Associação, publicado em 1929, consta como condição para se tornar sócio, que fossem “enfermeiros formados por Escolas nacionais ou estrangeiras, reconhecida pela Associação de seu país de origem”. O fato de a frase estar no plural, demonstra a intenção dos agentes que participaram da elaboração do estatuto, de que a Associação encontrava-se disposta a aceitar enfermeiros formados por outras escolas desde que pertencessem ao grupo de profissionais reconhecidos por ela, no campo da enfermagem, caracterizando o poder simbólico exercido pelos membros da ABEn em relação aos não sócios à época.

Neste sentido, o termo “reconhecida” na frase referente aos critérios da Associação para aceitação de novos enfermeiros/as para compor o quadro de sócios, tornou-se também, uma forma de restringir a participação de outros enfermeiros formados por outros modelos de ensino.

Segundo Vieira (1995, p. 56), o fim principal da Associação era o de elevar o padrão da profissão, chamando a atenção para a necessidade de trabalhar pelo progresso da educação de enfermeiras de escolas de enfermagem que possuíssem os mesmos requisitos da Escola Oficial do Governo Federal, após o ano de 1931.

Mesmo após a Associação ter sido aceita como membro do Conselho Internacional de Enfermagem, em 1929, pouco se sabe a respeito da história da Associação no período, já que continuou não sendo um atrativo para as enfermeiras, inclusive para aquelas formadas pela EEAN (CARVALHO, 1976).

O segundo Estatuto da Associação (1935), assim como o primeiro (1929), possui como condição para a aceitação de novos membros, a de que fossem “enfermeiros formados por Escolas nacionais ou estrangeiras, reconhecida pela Associação de seu país de origem”. Vale ressaltar que nesse período já existia a Escola de Enfermagem Carlos Chagas⁹, no estado de Minas Gerais, criada nos moldes da enfermagem moderna, a qual não teve seus egressos aceitos pela ABEn logo após a formatura da primeira turma, pois os primeiros enfermeiros dessa Escola entraram na Associação apenas na década de 1940.

⁹ Escola de cunho religioso, criada a partir do Decreto nº 10.925, de 7 de junho de 1933 por iniciativa de Dr. Ernani Agrícola, diretor da Saúde Pública de Minas Gerais. Foi a primeira Escola de Enfermagem a funcionar fora da Capital da República. À organização e direção dessa Escola coube a Laís Netto dos Reys, enfermeira egressa da Escola de Enfermagem Anna Nery. A inauguração da Escola ocorreu em 19 de julho de 1933. A Escola "Carlos Chagas", além de pioneira entre as escolas estaduais, foi a primeira a diplomar religiosas no Brasil.

Tal fato caracteriza a pouca representatividade, no momento, por parte dos agentes desta Escola perante a Associação, o que pode ser justificado dentre outros fatores, pela distância da EECC (situada em Minas Gerais) em relação à sede da Associação (situada no DF) e também por se tratar de uma Escola de orientação Católica, possuindo seu modelo de ensino distinto das demais e não tendo o interesse em alterá-lo para tornar-se aceita pelas demais. Tal Escola foi equiparada à EEAN através do Decreto 9102, em 24 de março de 1942 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1959).

Para Bourdieu (2006, p. 85), o reconhecimento depende da forma como estes se situam nos espaços sociais, assim como da trajetória social dos mesmos, o que justifica a não inserção, logo de imediato, dos enfermeiros egressos da Escola Carlos Chagas nos espaços da Associação.

No terceiro Estatuto da Associação (1944, p. 01), consta que para se tornarem membros deveriam ser “enfermeiras brasileiras natas ou naturalizadas, diplomadas por escolas reconhecidas por esta Associação”. Vale ressaltar que neste período a Associação era presidida por Zaíra Cintra Vidal formada pela Escola de Enfermagem Anna Nery, a qual despendia muitos esforços em prol do progresso da Enfermagem e conseqüentemente da profissão.

O envolvimento de Zaíra Cintra Vidal com a enfermagem era tão intenso, que segundo a Ata da reunião da Associação, que data 30 de agosto de 1944, um dos assuntos em pauta, além da mudança no Estatuto, foi a solicitação de voluntárias para participarem da Força Expedicionária do Exército para a II Guerra Mundial, pois Zaíra Cintra Vidal, junto com Laís Neto dos Reis e Irmã

Matilde Nina foram ao Ministério da Guerra oferecer a cooperação das enfermeiras “diplomadas”, dizendo ser uma oportunidade da enfermeira diplomada defender os direitos da classe e influenciar mais em todos os setores.

Tal sugestão despertou o interesse do general, mas ele informou que pelas Leis do Exército, as enfermeiras não poderiam pleitear melhor patente (tenente) pois isso só poderia ocorrer por promoção no “front” (VIEIRA 1995, p. 68). Tal fato demonstra que, mesmo não alcançando uma posição de destaque, logo de imediato, no campo militar, Zaíra Cintra Vidal, considerava importante apenas a conquista do espaço, para posteriormente, lutar por um lugar de maior destaque.

Um ano após essa mudança no estatuto (1945), podemos destacar a participação de Maria de Castro Pamphiro na Associação, na qualidade de membro da diretoria da ABEn - DF, demonstrando seu envolvimento com a mesma.

Dentre os cargos ocupados por Maria de Castro Pamphiro na Associação, podemos destacar: membro do Conselho Fiscal e Deliberativo na gestão de Zaíra Cintra Vidal (1945 – 1947), e membro do Conselho Deliberativo na gestão de Edith Magalhães Fraenkel (1947 a 1950), (CARVALHO, 1976, p. 70, 71 e 72).

Ao mesmo tempo em que participava da diretoria da ABEn, seção Nacional, Maria de Castro encontrava-se como vice-presidente do núcleo do Distrito Federal, cargo que assumiu na data de sua criação, em 7 de novembro de 1946, ou seja, se fez representar-se pelo seu *habitus* profissional e, simultaneamente, a posição de gestora da primeira Escola de Enfermagem no Brasil.

A criação do primeiro núcleo em 1945, em São Paulo, foi idéia de Zaíra Cintra Vidal e teve como presidente eleita Edith Magalhães Fraenkel, já diretora da Escola de Enfermagem da USP, que firmou o seu poder dentro da Associação, visto que após dois anos na direção da ABEn – São Paulo - tornou a ocupar o cargo de presidente da Associação – Sede Nacional - o que ampliou o seu poder dentro da associação e conseqüentemente no campo da enfermagem.

Em 1946, foi criado o núcleo do Distrito Federal, com Rosaly Taborda eleita presidente e Maria de Castro Pamphiro sua vice (BARBOSA & FERREIRA, 2001, p. 329). Durante os cinco anos em que permaneceu como vice-presidente, Maria de Castro participou de forma direta de diversos eventos em prol do desenvolvimento da enfermagem, já que a Associação estava sempre presente aos eventos relacionados à profissão, o que lhe permitiu elevar o nome da EEAP, tornando-a mais reconhecida no campo da educação em Enfermagem.

Dentre os principais eventos ocorridos no período em que Maria de Castro Pamphiro ocupou a vice-presidência da ABEn – Núcleo DF concomitantemente à direção da EEAP, destaca-se a criação dos Congressos Nacionais de Enfermagem pela ABEn Nacional.

O I Congresso Nacional de Enfermagem ocorreu pela primeira vez em 1947, na cidade de São Paulo, embora a Capital do Brasil e o nascedouro do Modelo Anglo Americano de ensino e da ABEn tivesse sido o Rio de Janeiro. Tal evento contou com os esforços de Edith Magalhães Fraenkel, que à época presidia a Associação, núcleo São Paulo, criado em 26 de abril de 1945, demonstrando assim, a força de São Paulo no campo da enfermagem.

A criação dos congressos de enfermagem representou uma conquista para a Associação, já que era de sua inteira responsabilidade a organização e os profissionais participantes do evento, gerando uma oportunidade de ampliar seus espaços e adquirir cada vez mais o respeito da classe. A partir desse momento, a Associação toma forma de Associação Científica – Cultural.

Segundo Curtis (1949, p. 15) o I Congresso Nacional de Enfermagem foi um acontecimento notável, demonstrando a adesão da classe ao alto padrão de ensino e prática, e o sincero desejo de contribuir na solução dos sérios problemas de enfermagem e de serviços de saúde em todos os aspectos.

Nele surgiram propostas inovadoras voltadas para o aperfeiçoamento dos profissionais, melhoria e ampliação do ensino da psiquiatria nas escolas de enfermagem. Enfim, o início de uma significativa mudança para a Enfermagem.

A realização do I Congresso de Enfermagem no Brasil, na cidade de São Paulo, dois anos após a criação do núcleo da ABEn nesse Estado, significou uma conquista para uma parcela da enfermagem. Parcela essa representada pelos egressos da recém criada Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e, principalmente pelos agentes envolvidos na realização do evento, ocupantes das posições de destaque no campo e detentores de um discurso autorizado, merecendo destaque, Edith Magalhães Fraenkel, diretora e idealizadora da Escola.

Tal evento significou uma vitória para Edith Fraenkel, já que a organização de um congresso relacionado à profissão proporcionaria uma maior visibilidade à instituição organizadora, assim como aos participantes do evento,

tornando, conseqüentemente a instituição reconhecida no campo por executar um evento tão grandioso e de grande relevância para a profissão.

Durante os congressos, os sócios da Associação, participantes do evento, se reuniam em prol de realizarem mudanças na profissão, buscando cada vez mais o seu progresso, ou seja, seu desenvolvimento perante o campo da saúde. Sendo assim, pode-se dizer que os congressos passaram a ocupar um lugar de destaque na vida da Associação, pois assim, constituiu-se um momento de exercício e de democracia, do intercâmbio entre estados, de intensificação internacional e, especificamente, em favorecimento da inter-relação entre os países da América do Sul. A Associação abre-se à comunidade exercendo sobremaneira sua função política junto aos trabalhadores de enfermagem e a sociedade como um todo (VIEIRA, 1995, p. 73).

Segundo Curtis (1949), o período que sucedeu a realização do I Congresso foi marcado por momentos de transformações para a enfermagem, caracterizadas por momentos de realizações e momentos desfavoráveis. Para ela, o interesse das enfermeiras pelo melhoramento da enfermagem, no ensino e na prática, manifestou-se pelo apoio dado a sua organização profissional, a Associação Brasileira de Enfermagem e pela importância dos estudos realizados por meio de suas divisões de educação e de saúde pública.

Ainda em 1947, quase sessenta anos mais tarde da criação da primeira Escola de Enfermagem Brasileira é que a enfermagem se fez representar, por cinco enfermeiras, formadas no Brasil, no IX Congresso Internacional de Enfermeiras em Atlantic City, Nova Jersey – EUA (CURTIS, 1949), o que veio

caracterizar a conquista de um novo espaço social para a enfermagem brasileira, destinada apenas a uma parcela dos profissionais existentes no país.

Nesse período existiam no Brasil duas vertentes de ensino que influenciavam poderosamente sobre o desenvolvimento da enfermagem, dentre elas: um ensino voltado para a formação de excelentes enfermeiras, necessitando de tempo e aparelhagem de ótimas instituições de nível superior; e outra de preparar profissionais por meios mais rápidos, com o maior número possível de pessoal para atender às urgentes necessidades nos hospitais (CURTIS, 1949).

Tal fato caracteriza o poder simbólico exercido por uma pequena parcela dos agentes do campo, detentora de um elevado capital cultural, que ao mesmo tempo em que faziam crer sobre a necessidade de lutar em prol do desenvolvimento da enfermagem, permitiam inserirem-se no espaço social da Associação, apenas os que por eles eram reconhecidos, ainda que esses fossem detentores do título de enfermeiro ou de outro seguimento na enfermagem.

O II Congresso Nacional de Enfermagem, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1948, contou com a participação direta da ABEn seção do Distrito Federal, sendo presidido por Marina Bandeira de Oliveira, à época vice-presidente da ABEn seção Nacional.

Nesse Congresso, as enfermeiras reiteraram suas posições recomendando que os cursos de enfermagem devessem ser ministrados exclusivamente em escolas de enfermagem, com regime de internato, com duração de três anos e que fossem preferencialmente de nível universitário, tais como a Escola de Enfermagem vinculada à Universidade de São Paulo, a Escola de Enfermagem

vinculada à Universidade Federal da Bahia e a Escola Anna Néry vinculada à Universidade do Brasil (II CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 1948).

Tais pontos demonstram uma controvérsia de idéias, já que ao mesmo tempo em que foram sugeridas mudanças em prol de conquistarem melhorias para a profissão, mantêm-se, mediante consta no Estatuto de 1944, vigente na época, a mesma visão excludente em relação a algumas Escolas de Enfermagem, no que diz respeito aos critérios para aceitação de sócias.

Vale ressaltar ainda, que as sugestões feitas no II Congresso ocorreram um ano antes da aprovação da Lei 775/1949, que regulamentou o ensino da enfermagem. Nessa lei existia uma reivindicação por uma Lei do Exercício Profissional e que a Enfermagem fosse inserida no Ministério do Trabalho como profissão liberal.

O III Congresso Nacional de Enfermagem também ocorreu no Rio de Janeiro em 1949, demonstrando a tentativa de reação da ABED - seção do Distrito Federal e os interesses de seus agentes mediante aprovação da Lei 775/1949, já que a pressão dos órgãos responsáveis pela aprovação desta Lei encontrava-se situados no Distrito Federal. No III Congresso foram feitas recomendações relacionadas à melhoria do ensino nas Escolas de Enfermagem, sendo sugeridas diversas mudanças tanto no ensino quanto na estrutura das mesmas, sempre em prol da melhoria da profissão (III CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM, 1949).

Associação e os sócios egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto

Em dezembro de 1949 foi promulgada a Lei 775/1949, que apareceu como um dos temas principais do IV Congresso Nacional de Enfermagem, que ocorreu no mês de dezembro de 1950 no Estado da Bahia. Tal Lei chegou a ser chamada de “Lei Áurea da Enfermagem” por uma enfermeira participante do evento, já que a partir dela, as Escolas de Enfermagem que se adequassem às normas nela contidas, seriam reconhecidas (no âmbito legal) como escola formadora de enfermeiros (IV CONGRESSO NACIONAL DE ENFERMAGEM - BA, 1950), ou seja, a Lei 775/1949 uniformizou os modelos de ensino, representando a liberdade para as diversas Escolas de Enfermagem perante a EEAN que se mantinham à margem da legislação em vigor. Com essa Lei, todas as escolas deveriam se adequar as regras por ela estipuladas para tornarem-se escolas reconhecidas como formadoras de profissionais enfermeiros.

A partir do IV Congresso Nacional de Enfermagem não foi mais mencionado a questão do reconhecimento das Escolas de Enfermagem pela ABEn, o que demonstra o começo de uma mudança para as Escolas ainda “anônimas” frente as já reconhecidas por essa Associação.

Quadro VI- Distribuição por escola de enfermagem do número de enfermeiras diplomadas segundo informam, ser ou não filiados a ABEn e percentuais das que responderam o questionário do ano de 1946 a 1950.

ESCOLAS	NÚMERO DE INFORMANTES	MEMBRO DA ABEn					
		SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
		N	%	N	%	N	%
E. Ana Neri	380	188	49,47	80	21,05	112	29,47
E. Alfredo Pinto	247	3	1.21	96	38.86	148	59.91
E. de São Paulo	84	76	90,47	1	1.19	7	8.33
E. Carlos Chagas	79	41	51.89	21	26.58	17	21.51
E. CVB Dist. Federal	78	14	17.94	20	25.64	44	56.41
DIP. Extrang.	39	22	56.41	11	28.20	6	15.38
E. L. de Marillac	37	18	48.64	1	2.70	18	48.64
E. S.V.P. Goiás	36	19	52.77	11	30.55	6	16.66
E. F. Nightingale	32	6	18.75	19	59.37	7	21.87
E. E. Rio	25	10	40.00	10	40.00	5	20.00
E. H. Werneck	23	6	26.08	8	34.78	9	39.13
E. S.V.P. Ceará	12	2	16.66	4	33.33	6	50.00
E. M. Barata	7	3	42.85	1	14.28	3	42.85
TOTAL	1079	408	37.81	283	26.22	388	35.95

Fonte: Divisão de Organização Sanitária de 1950.

De acordo com o estudo da Divisão de Organização Sanitária (Quadro VI), realizado entre os anos de 1946 a 1950, o Brasil possuía um total de 2633 enfermeiras diplomadas por Escolas de Enfermagem até dezembro de 1950, sendo que destas um total de 1079 responderam ao questionário, e 408 eram sócias da ABEn.

Ainda de acordo com o estudo da Divisão de Organização Sanitária de 1950, nas informações contidas no Quadro VI, a EEAP foi a segunda escola com o maior número de enfermeiros a participarem do estudo, mas apenas três enfermeiros relataram serem sócios da ABEn.

Tal estudo não menciona o ano em que cada enfermeiro tornou-se sócio, entretanto podemos afirmar que no final da década de 1940 a EEAP já possuía egressos inseridos na Associação, na condição de sócio, mesmo que com um quantitativo baixo.

No mesmo estudo podemos observar que um número elevado (148) de enfermeiros da EEAP não informaram serem ou não sócios da ABEn, o que significaria, caso revelassem não serem sócios, uma baixa representatividade no campo. Já a EEAN, que possuía o maior número de egressas participando da pesquisa (380), também revelou um total elevado de (112) enfermeiras que não revelaram ser ou não sócias da ABEn, o que para elas poderia significar a perda de representatividade da escola na associação, caso esse número fosse elevado, preferindo, assim, não se pronunciarem ou, devido ao fato dessas Escolas estarem distantes da sede da ABEn Nacional e de não terem em seus estados um núcleo ao qual pudessem se associar.

A inserção dos enfermeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto na Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, na qualidade de sócios, ocorreu na década de 1940 e significou para esta Escola uma transformação na estrutura do campo o que, conseqüentemente gerou uma mudança da estrutura das preferências, ou seja, os enfermeiros formados pela

EEAP passaram a ocupar um espaço dominado, até então, por enfermeiras formadas por Escolas já reconhecidas, detentoras do poder simbólico estabelecido desde a criação da Associação.

Tal fato determinou uma possibilidade de tornar a EEAP reconhecida perante aos demais agentes e instituições detentores de um capital cultural diferenciado do dela, pois o fato de seus egressos, homens e mulheres, estarem inseridos no espaço da Associação lhes permitia impor o seu estilo, valorizando o seu modelo de ensino, e por conseguinte os seus egressos. Nesse sentido, podemos entender tal fato como efeito de reconhecimento no campo da enfermagem pela entrada na principal entidade de classe da Enfermagem no Brasil, como também demarcou a chegada de enfermeiros (homens), como podemos observar no quadro VII, ou seja, uma transformação significativa na Associação.

A participação de Maria de Castro Pamphiro foi importante para esse processo, visto que ela mantinha uma estreita relação com os principais representantes da enfermagem, envolvidos com a Associação.

Quadro VII- Participação dos enfermeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, nas reuniões da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de 1953 a 1956.

Enfermeiros egressos da EEAP participantes das reuniões da ABEn	Ano de Formatura	Ano em que participou das reuniões da ABEn e os dias e meses em que as reuniões ocorreram.			
		1953	1954	1955	1956
1- Beatriz Gomes Pereira	1943	-12/11	-12/08; 16/09	-14/09	-11/07; 14/11
2- Dorval Brasil Soares	1953	—	-12/08; 16/09	—	—
3- Lúcia Ramos Corrêa	1943	—	-12/08; 16/09	—	—
4- Laurinda Souza Gomes	1936	—	-16/09	-17/03; 11/05	—
5- Nilza Caruzo	1950	—	-15/10	—	—
6- Adelaide Vaz Queiroz	1951	—	—	-17/03	-14/11
8- Maria Soares	1940	—	—	-17/03	—
9- Maria Lygia de Moraes	1950	—	—	-17/03	-14/03; 02/09 - 03/10
10- Josefa Gomes Novelino	1950	—	—	-17/03	- 14/03
11- Marieta Batista	1929	—	—	—	-11/04; 13/06
12- Mirtes Barreto de Oliveria	1951	—	—	—	-14/11
13- Cândida de Oliveria	1951	—	—	-11/05	-14/11

Fonte: Resumo das atas das reuniões da Associação Brasileira de Enfermagem de 1953 a 1956, presentes na sede da ABEn - Rio de Janeiro.

O fato de a EEAP ter Maria de Castro Pamphiro como diretora facilitou a inserção de seus egressos, já que além de sócia da ABEn, ela participava da Associação como membro de comissões administrativas e, ao mesmo tempo, como vice-presidente do núcleo do Distrito Federal, demonstrando o seu prestígio no espaço social da mesma. Isto, possivelmente, significou uma aceleração deste processo de inserção, visto que a entrada do primeiro enfermeiro egresso da EEAP como sócio da ABEn ocorreu na década de 1940. O que não significou tornar-se reconhecido de imediato, pois para isso seria necessário estabelecer o seu modelo de ensino perante os principais agentes do campo, determinando o que Bourdieu (2006) define como “fazer ver e fazer crer”.

Desde a inserção do primeiro egresso da EEAP nos espaços sociais da ABEn, poucos registros foram feitos acerca do assunto, posto que o campo das frações das classes dominantes é sempre mais evidente que o dos demais agentes que dele fazem parte (BOURDIEU, 2009, p. 33).

Vale ressaltar que dentre as escolas representadas no estudo, todas demonstraram um número maior de associados, se comparado à EEAP, sendo que a Escola São Vicente de Paula - Ceará e a Escola de Enfermagem Magalhães Barata - EEMB, também revelaram um quantitativo baixo de associados. Contudo, vale ressaltar que estas últimas, apresentaram um número baixo de informantes (12 e 7, respectivamente).

No ano seguinte da publicação do estudo, em 12 de abril de 1951, Maria de Castro Pamphiro deixou o seu cargo de vice-presidente da ABEn – seção Distrito Federal, não havendo comentários sobre o motivo de sua saída, apenas que foi realizada a eleição.

Quadro VIII – Primeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, cujos nomes foram mencionados como sócios da ABEn em 1956.

Número de Inscrição na ABEn	Nome do Egresso da EEAP	Ano de Formatura
12	Arlete Ramos Ferreira	1951
14	Beatriz Gomes Pereira	1943
44	Francisco Xavier de Albuquerque	1938
49	Ilka Manhães	1955
85	Maria da Penha da Silva	Não Encontrado*
89	Marieta da Silva	Não Encontrado*

Fonte: Livro de Registro de Sócias n. 1 de 1956 - Seção do Estado da Guanabara. *Algumas listas de formandos, tais como as dos anos de 1943, 1945, 1946 e 1949, não foram localizadas, sendo assim, não foi possível identificar o ano de formatura das enfermeiras mencionadas.

Em 1956, ano em que Maria de Castro deixou o cargo de diretora da EEAP, foi localizado no Livro de Registros de Sócias o nome de seis egressos da Escola, como sócios da ABEn (quadro VIII).

Durante a permanência de Maria de Castro no cargo de vice presidente da ABEn, foram localizados apenas 03 sócios, egressos da EEAP, cujos nomes não foram identificados. O que nos leva a crer que mesmo Maria de Castro tendo buscado inserir o nome da EEAP nos espaços da ABEn, tendo obtido o reconhecimento dos principais agentes do campo, dentre eles o de Edith Magalhães Fraenkel e Zaíra Cintra Vidal, pelo seu trabalho na EEAP (AMORIM, 2004, p. 140), não permitiu a ela sobrepor-se ao poder simbólico exercido pelos demais agentes do campo, os quais atuavam nas principais Escolas do país e eram membros da Associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da década de 1920, período em que a saúde pública encontrava-se em condições precárias, fora criada a Escola de Enfermagem Anna Nery, estruturada e dirigida, no período inicial, por enfermeiras americanas que recebiam o apoio dos principais agentes do campo da saúde, dentre eles, o médico Carlos Chagas.

Tal período ficou marcado por inúmeras transformações na enfermagem, dentre elas a mudança no modelo de ensino de diversas escolas, que buscaram se adequar as condições impostas pelo Decreto 20109/1931, para assim adequarem-se ao modelo de ensino implantado na EEAN, para então poder tornar-se uma escola reconhecida, conforme a determinação legal citada.

A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, liderada por médicos psiquiatras, não se enquadrou, logo de imediato, ao novo modelo de ensino da enfermagem. Tal fato ocorreu devido à resistência por parte, tanto dos médicos, que atuavam na escola e pretendiam controlar o progresso da enfermagem, como dos enfermeiros já reconhecidos no campo, que por medo de perderem seus espaços mantinham certo receio em aceitar a inserção de outros enfermeiros nos espaços já ocupados por eles.

Após a criação da Associação, em 1926, a EEAN reafirmou sua posição de destaque no campo da enfermagem, impedindo a participação de enfermeiros formados por outras escolas nas reuniões que existiam na época, mesmo constando nos estatutos, que poderiam se tornar sócios os enfermeiros cujo

diploma fosse emitido por escola nacional ou estrangeira, desde que fosse por ela reconhecido.

Durante a década de 1930 o número de Associados era pequeno, assim como a frequência nas reuniões da Associação, devido ao fato de a maioria das enfermeiras não considerarem a Associação um atrativo, pois buscavam, logo após a formatura, ocuparem cargos de destaque na saúde e a ABEn não lhes proporcionariam à época o destaque almejado.

Desde a criação do Estatuto de 1929, muitas mudanças ocorreram tanto na Associação como nas Escolas de Enfermagem, o que conseqüentemente levou a diversas reformulações do Estatuto ao longo dos anos, já que a estagnação levaria a Associação à perda de seu poder, não despertando o interesse dos enfermeiros.

Durante os 27 anos de recorte, foram localizados seis estatutos, que demonstraram claramente as mudanças às quais a Associação teve que se submeter para “acompanhar” o desenvolvimento da enfermagem. O que levaram a Associação a aceitar sócios formados por escolas com um modelo de ensino diferenciado ao da Escola de Enfermagem Anna Nery, assim como a presença masculina, durante as reuniões, tanto na condição de ouvinte como na condição de sócio, fato inédito até então.

Neste período diversas Escolas de Enfermagem foram criadas nos moldes da Enfermagem Moderna, algumas foram idealizadas e dirigidas por professoras e ex-alunas da Escola de Enfermagem Anna Nery que mesmo apresentando modelo de ensino semelhante ao ministrado por essa escola, permaneceram isentas da condição de sócias.

Apenas no final da década de 1940, ocorreram as principais alterações no estatuto, tais como a retirada do termo “reconhecida pela Associação” do item aceitação de sócios. Somente a partir daí foi que os enfermeiros da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto puderam se tornar sócios. Esta conquista teve influência de Maria de Castro Pamphiro, já que ser sócio da ABEn, representava possuir prestígio perante a classe profissional.

A inserção dos enfermeiros egressos da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto na Associação Brasileira de Enfermagem representou uma relevante conquista, não só para a Escola, como para o campo da enfermagem como um todo, pois se tratou da inserção da primeira Escola de Enfermagem Brasileira, formadora de um número de profissionais durante a sua trajetória, inserida em um espaço de destaque para a Enfermagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Antônio José; TYRREL, Maria Antonieta Rubio. 85 Anos no ensino da enfermagem brasileira – Editorial Esc Anna Nery Rev Enferm 2008 mar; 12 (1): 09 – 11.

AMORIM, Wellington Mendonça de. A reconfiguração da primeira escola de enfermagem brasileira: A missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949. Rio de Janeiro; 2004, tese (doutorado em enfermagem)- Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. 218p.

BANTON, M, SILLS D. L., DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Definições - 1987.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA; Ieda de Alencar. A (Re)Configuração do campo da Enfermagem durante o Estado Novo (1937-1945). Rev. Bras. Enferm., v.55,n.2, p.205-216: Brasília, mar./abr.2002.

BARBOSA MFL, FERREIRA MA. Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Rio de Janeiro: Um pouco de sua história. Rev Bras Enferm, 2001 abril-junho; 54(2): 328-39.

BARREIRA, Ieda de Alencar; SAUTHIER, Jussara; BAPTISTA, Suely Souza. O movimento associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na 1ª metade do

século 20. Rev. Bras. de Enfermagem, Brasília, v. 54, n. 2, p. 149-392, abr/jun 2001.

BESSA, Marina do Nascimento; AMORIM, Wellington Mendonça de. O movimento estudantil na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1955 - 1958. Rio de Janeiro; 2009, dissertação (mestrado em enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009. 115p.

BRASIL. Portaria de 01 de setembro de 1921. Aprova o regimento interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras da Assistência a Alienados. Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro (DF), 01 de set 1921.

_____. Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem e instruções relativas ao processo de exame para revalidação de diplomas. Enfermagem (Leis, Decretos e Portarias) Ministério da Saúde/SESP, 2ª edição ver. e aum., Rio de Janeiro, DF, set 1959.

_____. Decreto nº 20.931 de 11 de janeiro de 1932. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil, e estabelece penas.

(Enfermagem Leis, decretos e Portarias) Ministério da Saúde/ SESP, 2º edição rev. e aum, Rio de Janeiro, DF, set. 1959.

_____. Decreto nº 22.257 de 26 de dezembro de 1932. Confere às irmãs de caridade com prática de enfermeiras ou de farmacêuticas direitos iguais às Enfermeiras de Saúde Pública. (Enfermagem, Leis, Decretos e Portarias) Ministério da Saúde/SESP, 2º edição ver. e aum, Rio de Janeiro, DF, set. 1959.

_____. Decreto Lei n.4.725, de 22 de setembro de 1942. Reorganiza a Escola Profissional de Enfermeiros criado pelo decreto nº791, de 27 de setembro de 1890, e dá outras providências. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Atos do Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, v.6, p.544-547, jul.-set 1942.

_____. Decreto Lei nº 10.472 de 22 de setembro de 1942. Aprova o regulamento da Escola de Enfermeiro Alfredo Pinto. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. 1942 jul/set; 6: 292 - 93.

_____. Decreto s/n. de 29 de dezembro de 1942. O presidente da república designa: Maria de Castro Pamphiro para exercer o cargo de diretora da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 de jan. de 1943.

_____. Lei 775, de 06 de agosto de 1949. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. Enfermagem (Leis, Decretos e Portarias). Ministério da Saúde/SESP, 2ª edição ver. e aum, Rio de Janeiro, DF, set. 1959.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. A Sociologia de Pierre Bourdieu. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Olho d' Água, 2003.

_____. A produção da crença: contribuição de uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed, Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

_____. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. O poder simbólico. 12º ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAETANO, Tatiana Lúcia. Hilda Anna Krisch: pioneira na enfermagem catarinense – formação e contribuição para a profissão. 4 Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – Universidade de Santa Catarina, 2000.

CARVALHO, Anayde Correa. Associação Brasileira de Enfermagem-1926-1976- documentário. Brasília (DF): ABEn 1976.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. 5ª ed, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CURTIS, Clara. A Enfermagem e o Progresso Social do Brasil. Rev. Anais de Enfermagem. São Paulo, v. II, nº 1, p. 5-9, jan. 1949.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. O Livro de Ouro da História do Brasil: do Descobrimento à Globalização. – Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ELIAS, Norbert. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Definições - 1987.

ECO, U. Como se faz uma tese. 17ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 170 p.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8º ed. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

LIMA, Izaura Barbosa. Aspectos da Situação da Enfermagem no Brasil. Divisão de Organização Sanitária. Rio de Janeiro – 1950.

LOPES, Gertrudes Teixeira; CALDAS, Nalva Pereira; LIMA, Tábata Cristina Silva; MARTINGIL, Izabella de Carvalho; A vida e obra de Zaíra Cintra Vidal. Rev. Bras. Enferm., Brasília, 2001, v. 53, n. 4, p. 253- 260.

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra Coelho Souza. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. Rev. bras. enferm, Brasília, 2006, v. 59, n. esp: 432-437.

MEIRELLES, Márcia da Rocha; AMORIM, Wellington Mendonça de. O cotidiano dos alunos na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, 1949-1956. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2008, vol.16, nº.6, p.1005-1011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Enfermagem - Leis, Decretos e Portarias. Serviço Especial de Saúde Pública, 2 ed., 1959.

MORAIS, Fernanda Teles; AMORIM, Wellington Mendonça. As Contribuições do II Congresso Latino-americano para a Enfermagem no Brasil. Esc. de Enf. Anna Nery. Rev. de Enfermagem, v. 13, p. 56 – 65, 2009.

MOREIRA, A. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: 100 anos de história. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de

Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 1990.

MOREIRA, Almerinda; OGUISSO, Taka. Profissionalização da Enfermagem Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PEREIRA NETO, André de Faria. Ser médico no Brasil: o presente no passado. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

PORTO, Fernando Rocha. Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: o poder simbólico no click fotográfico (1919 – 1925). [tese de doutorado]. Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ; 2007.

RETROSPECTIVA – 33 anos do Congresso Brasileiro de Enfermagem – ABEn, 1947.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. Rachel Haddock Lobo, mito de enfermeira nos anos 30. Esc. Anna Nery R. Enferm., v. 6 n.1 Rio de Janeiro p. 29-38 abr. 2002.

SAUTHIER, Jussara; BARREIRA, Ieda de Alencar. As Enfermeiras Norte-americanas e o Ensino da Enfermagem na Capital do Brasil: 1921-1931. Rio de Janeiro: Anna Nery/UFRJ, 1999.

SIMMEL, Georg. DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Definições - 1987.

VIEIRA, Therezinha Teixeira. Nexos históricos da Escola de Enfermagem Anna Nery/Associação Brasileira de Enfermagem: criação de um fundo de arquivo. Relatório de Pesquisa - EEAN – UFRJ, 1995.

APÊNDICE I

DOCUMENTOS ENCONTRADOS NOS ACERVOS

No Arquivo Setorial Enfermeiras Maria de Castro Pamphiro da EEAP – UNIRIO estão as listas de formandos da EEAP, dos anos de 1923 a 1955.

No Acervo da Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn – RJ foram encontradas doze atas dos anos de 1949 a 1955; livro de assinatura dos participantes das reuniões da Associação no período de 1947 a 1958, das quais no período de 1951 a 1958 foram identificados dezessete enfermeiros egressos da EEAP, sendo que dois são homens. Os estatutos da Associação vigente nos anos de 1935, 1950, 1955 e 1956 (ABEn – RJ); o livro número 1 de sócias, referente a sede do Distrito Federal, cujo este mesmo ano foram localizados quatro enfermeiros egressos da EEAP que tornaram-se sócios, sendo um deles, do sexo masculino.

No Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery – EEAN – UFRJ, foram localizados alguns exemplares da Revista Annaes de Enfermagem, referente ao ano de 1949.

No Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem – CEPEn – Brasília, foi localizado o estatuto referente ao ano de 1944, considerado de grande relevância para a Associação. Nele constam algumas mudanças como a alteração no nome da Associação e o novo critério para aceitação de sócios.

No Acervo do Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem – EEAP- UNIRIO, foi localizado o livro: “Associação Brasileira de Enfermagem 1926 – 1976”, de autoria de Anayde Corrêa de Carvalho, onde foram encontradas fontes primárias e secundárias para o estudo.

APÊNDICE II**LISTA DE SIGLAS**

- ABEN** – Associação Brasileira de Enfermagem (1954)
- ABED** – Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (1944 – 1954)
- ANEDB** – Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (1929 – 1944)
- ANED** – Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (1926 – 1929)
- AGIA** – Associação do Governo Interno das Alunas (1925)
- CEDOC/EEAN** – Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery
- EE-DNSP** – Escola de Enfermeiras do DNSP – (1925 – 1926)
- EAN** – Escola D. Ana Nery
- EEAN** – Escola de Enfermagem Anna Nery (1926 -)
- EPEE** – Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1890 – 1942)
- EEAP** – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1944)
- LAPHE** – Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem (2000)
- MES** – Ministério da Educação e Saúde (1937)
- UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1979)
- UB** - Universidade do Brasil (1937)
- DNSP** – Departamento Nacional de Saúde Pública (1920)
- DNS** - Departamento Nacional de Saúde (1937)
- CNP** - Congresso Nacional dos Práticos (1922)
- ICN** – Conselho Internacional de Enfermagem